

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Campus de Ourinhos

CAMPESINATO E AGRONEGÓCIO
A resistência dos pequenos produtores rurais frente à expansão
canavieira em Paraguaçu Paulista/SP.

Angela dos Santos Machado

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalho

Ourinhos – SP
Novembro/2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Campus de Ourinhos

CAMPESINATO E AGRONEGÓCIO
A resistência dos pequenos produtores rurais frente a expansão
canavieira em Paraguaçu Paulista/SP.

Angela dos Santos Machado

*Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à banca examinadora para
obtenção do título de bacharel em
geografia pela UNESP - campus de
Ourinhos.*

Ourinhos – SP
Novembro/2015

Banca examinadora

Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalho (orientador)

Prof. Dr. Lucas Labigalini Fuini

Prof. Dr. Fernando Mendonça Heck

Ourinhos, 06 de novembro de 2015

DEDICATÓRIA

Dedico a meu querido tio Claudio Leite (Cacau) que viverá para sempre em meu coração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalho por ter me orientado na elaboração desse trabalho. As oportunidades de diálogo foram fundamentais para formular as ideias aqui expostas e para minha formação enquanto geógrafa.

Agradeço a meus pais por todo o apoio nessa etapa da minha vida e a todos os familiares pelo amor e carinho atribuído a mim. A meu companheiro, amigo e namorado Marcio por sempre me incentivar e auxiliar em tudo quanto for possível, inclusive, acompanhando-me nos trabalhos de campo realizados nessa pesquisa.

Agradeço a meus amigos Débora, Cristiano, Marcia, Magda e Edna pela amizade durante os anos de graduação. Agradeço as minhas amigas e companheiras de república Nádia, Ana Claudia, Íris, Larissa e Gabriela, por terem compartilhado comigo momentos tão especiais.

Aos membros da banca examinadora que aceitaram o convite, muito obrigada.

SUMÁRIO

RESUMO	1
INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	2
OBJETIVO PRINCIPAL	5
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	5
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	6
CAPÍTULO 1: AGRONEGÓCIO E CAMPESINATO.....	8
1.1. CAPITALISMO E AGRONEGÓCIO	8
1.2. DA PROMESSA DE MODERNIDADE À MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA	16
1.3. A RESISTÊNCIA DO CAMPESINATO	24
1.4. TERRITÓRIO E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS.....	28
CAPÍTULO 2: AGRONEGÓCIO SUCROALCOOLEIRO	34
2.1. SOBERANIA ALIMENTAR E BIOCOMBUSTÍVEIS	34
2.2. O SETOR SUCROALCOOLEIRO.....	38
2.3. A EXPANSÃO DOS CANAVIAIS EM PARAGUAÇU PAULISTA	43
CAPÍTULO 3: DA TEORIA À PRAXIS	46
3.1. O TRABALHO DE CAMPO EM GEOGRAFIA.....	46
3.2. APLICAÇÃO DE ENTREVISTAS NA ÁREA DE ESTUDO.....	47
3.3. AS ENTREVISTAS SOB A LUZ DAS TEORIAS DA QUESTÃO AGRÁRIA	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	66

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 Divisão Regional Agrícola de Assis	2
---	---

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Participação dos 20 principais produtos no valor da produção - Brasil - 2013.....	11
Gráfico 2 Distribuição fundiária de Paraguaçu Paulista - SP – 2015	35
Gráfico 3 Participação Regional na Produção de Cana-de-Açúcar	33
Gráfico 4 Idade dos Entrevistados	48
Gráfico 5 Situação do Produtor em relação a terra	48
Gráfico 6 Ocupação dos Entrevistados	49
Gráfico 7 Tempo na propriedade (assalariados) em meses	50
Gráfico 8 Tempo na propriedade (proprietários) em anos.....	50

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Distribuição Fundiária - Brasil – 2006.....	35
TABELA 2 Número de empregados temporários e Produção alimentos básicos por grupos de área em ha - Brasil - 2006	36
TABELA 3 Comércio Mundial de Açúcar e Estimativa de Estoque, em 2012/Novembro	40
TABELA 4 Produção de cana-de-açúcar em Paraguaçu Paulista - SP (1995 - 2013)	44
TABELA 5 População Rural de Paraguaçu Paulista - SP (1970 - 2010)	45
TABELA 6 População Rural ocupada em Paraguaçu Paulista - SP (2000 - 2010)	45

LISTA DE SIGLAS

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

CUT – Central Única dos Trabalhadores.

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

FHC – Fernando Henrique Cardoso.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MST - Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

OEA - Organização dos Estados Americanos.

OMC – Organização Mundial do Comércio.

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos.

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

TDR – Territorialização-desterritorialização-reterritorialização.

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

“Quanto maior for o nosso conhecimento, maior será a nossa capacidade de mudar o mundo” (Teodor Shanin, 2008, p.23).

RESUMO

O município de Paraguaçu Paulista, localizado no interior do estado de São Paulo, conta com uma unidade da empresa multinacional Raízen especializada na produção de cana-de-açúcar e etanol que impõe uma forma de utilização da propriedade agrícola baseada em grandes extensões com monocultura. Por outro lado, existem pequenos produtores rurais que necessitam encontrar inúmeras soluções para o problema de como continuar na terra e manter o sustento familiar. O objetivo do nosso trabalho foi realizar uma análise da situação encontrada em Paraguaçu Paulista por meio do conceito de campesinato de acordo com importantes autores como, por exemplo, Teodor Shanin. Partimos da hipótese de que o campesinato, embora se encontre em uma situação de marginalização, é o principal responsável pela produção de alimentos básicos que compõe a cesta básica da população brasileira. No entanto, o agronegócio que busca lucros e não a produção de alimentos se impõe como modelo único de desenvolvimento rural, baseado em uma ideologia desenvolvimentista que considera o campesinato um obstáculo ao desenvolvimento.

Palavras-Chave: Agronegócio canavieiro, Campesinato, Resistência, Paraguaçu Paulista.

Abstract

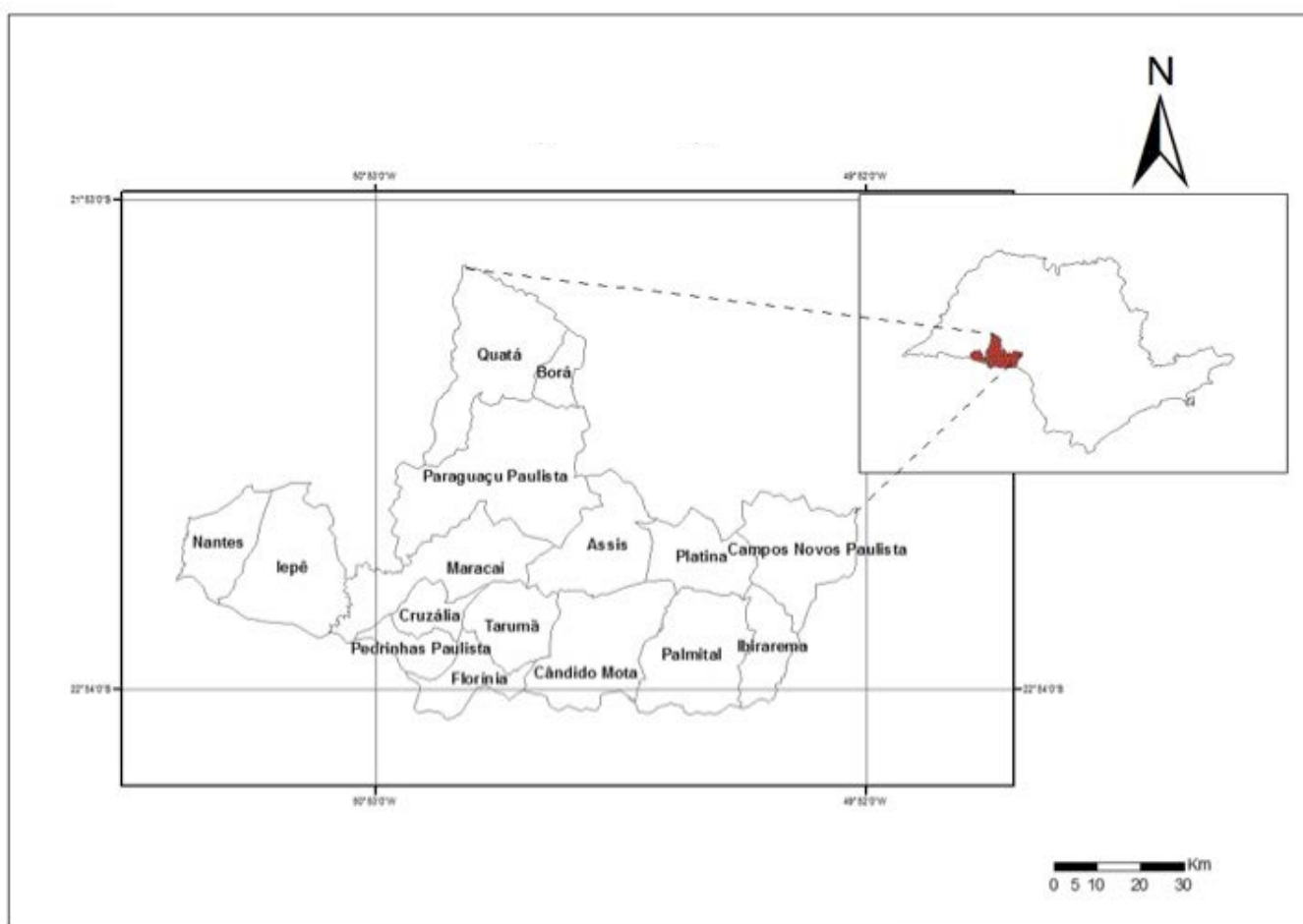
Paraguaçu Paulista county is located in the state of São Paulo where there is an unit of Raízen multinational company, which is specialized in the sugarcane and ethanol production that imposes a form of using the farm based on cultivating monoculture on large areas. On the other hand, there are small farmers who need to find uncountable solutions to the problem of how to continue on the land and supporting the livelihood of the family. The main goal of our essay was to analyze the situation found in Paraguaçu Paulista according to important authors like Teodor Shanin. Our hypothesis is that the peasants, although they are marginalized, they are the main responsible for the basic foods production for the population. However, the agribusiness, that searches profits and not the food production, imposes itself as the unique model to the rural development, based on the developmental ideology that considers the peasantry an obstacle to the development.

Keywords: Sugarcane Agribusiness, Peasantry, Resistance, Paraguaçu Paulista.

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A área de estudo localiza-se no município de Paraguaçu Paulista, interior do estado de São Paulo, mais especificamente no interior da Divisão Regional Agrícola de Assis (MAPA 1).

MAPA 1 Divisão Regional Agrícola de Assis



Fonte: IBGE – Base de Dados Cartográficos. Elaboração: MACHADO (2014).

O principal objetivo dessa pesquisa foi compreender as alternativas encontradas pelos pequenos produtores rurais para continuar vivendo nas propriedades rurais e os desafios diante da expansão da cana-de-açúcar no município de Paraguaçu Paulista/SP.

Paraguaçu Paulista tem se destacado no setor sucroalcooleiro ficando entre um dos vinte maiores produtores de cana-de-açúcar do Brasil no ano de 2013 com uma produção de

3.760.040 toneladas. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2013).

Mesmo com a expansão canavieira no município, entre os anos 2000 e 2010, a população que vive na área rural apresentou uma tendência de crescimento. Da década de 1970 até o ano 2000 a população rural apresentou uma queda gradativa em seu número com uma redução de mais de cinco mil pessoas no município de Paraguaçu Paulista. Em 2010, pela primeira vez depois de décadas de declínio da população rural, foi contabilizado um aumento de 971 pessoas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2010).

A metodologia de trabalho consistiu em levantamento bibliográfico a cerca da questão agrária, agronegócio, capitalismo e, principalmente, sobre o conceito de campesinato apresentado por autores como Teodor Shanin e Bernardo Mançano Fernandes realizando uma discussão desse conceito com o de agricultura familiar representado por Ricardo Abramovay. Também buscamos dados estatísticos em institutos como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para avaliar a concentração de terras no Brasil e na área de estudos, dados sobre a produção de alimentos e características da população estudada. Foram realizados trabalhos de campo e entrevistas com nove moradores da área rural do município escolhidos de forma aleatória. O principal resultado foi que todos os entrevistados afirmaram que não conseguem sustentar a família com os produtos de suas terras, sendo que 55% eram trabalhadores assalariados e 45% sobreviviam com aposentadoria.

Buscamos ainda compreender as relações existentes no município de Paraguaçu Paulista em razão da coexistência de pequenos produtores rurais voltados à manutenção familiar e uma empresa do setor sucroalcooleiro de âmbito global. A Raízen, multinacional presente em Paraguaçu Paulista, é formada pela união dos negócios da Cosan e a Royal Dutch Shell. Atualmente, a Raízen está entre as cinco maiores empresas em faturamento e três maiores distribuidoras de combustíveis do Brasil. É a principal produtora de etanol e cana-de-açúcar do país e a maior exportadora de açúcar de cana no mercado internacional (RAÍZEN, 2015). O grupo Royal Dutch Shell em 2015 ficou em terceiro lugar no ranking das maiores empresas do mundo segundo a Fortune, atrás apenas das empresas Walmart (norte-americana) e Sinopec Group (chinesa) (FORTUNE, 2015). As unidades produtoras e distribuidoras da Raízen estão concentradas no Brasil enquanto seus escritórios estão localizados nos Estados Unidos, Suíça, Filipinas, Cingapura e Brasil (Rio de Janeiro).

Para compreender as complexidades da existência de uma empresa global no território de um pequeno município no interior do estado de São Paulo, Paraguaçu Paulista, iniciamos

esse trabalho com o capítulo “Agronegócio e Campesinato” em que realizamos uma breve análise sobre o desenvolvimento do capitalismo, o domínio das multinacionais na atual etapa capitalista e realizamos uma crítica à visão do agronegócio como modelo de desenvolvimento para o país, apresentando o campesinato como um elemento de resistência a tal modelo.

No segundo Capítulo “Agronegócio Sucroalcooleiro” realizamos uma análise sobre a concentração fundiária do Brasil e de Paraguaçu Paulista e analisamos dados do censo agropecuário que indicam as pequenas e médias propriedades como superiores na produção de alguns alimentos básicos da sociedade brasileira. Discutimos a questão da soberania alimentar relacionada a substituição das culturas alimentares pelas de biomassa destinada a produção de biocombustíveis. Por fim, analisamos o papel do Brasil como produtor e exportador de açúcar e etanol e a expansão canavieira do município de Paraguaçu Paulista.

No último capítulo “Da Teoria à Práxis” buscamos analisar as informações contidas nas entrevistas sob a luz das teorias estudadas, principalmente, por meio do conceito de campesinato.

OBJETIVO PRINCIPAL

O principal objetivo da pesquisa foi analisar o conceito de campesinato (SHANIN 2005, 2008; CARVALHO 2005; FERNANDES 2005, 2008a; PAULINO; FABRINI 2008) e buscar relacioná-lo aos pequenos produtores rurais de Paraguaçu Paulista-SP que necessitam encontrar meios de resistir ao avanço da expansão canavieira no município.

A escolha dessa categoria de análise deve-se ao fato de poder contribuir com estudos voltados à questão agrária e identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores rurais no intuito de mostrar a necessidade da valorização desses sujeitos em nossa sociedade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos derivam da temática central relacionada ao campesinato em que buscamos entender as razões de sua condição marginalizada em nossa sociedade e a hegemonia do agronegócio. Em um primeiro momento discutimos brevemente o desenvolvimento do capitalismo, a lógica do agronegócio e das empresas multinacionais, bem como a ideologia desenvolvimentista em que o agronegócio é visto como modelo único de desenvolvimento rural.

No segundo momento os objetivos específicos se constituíram por destacar de forma breve a questão da soberania alimentar e o risco de substituir culturas alimentares pelas de biomassa destinadas à produção de biocombustíveis. Analisamos a produção de açúcar e etanol no Brasil e a expansão dos canaviais em Paraguaçu Paulista atrelada a situação da população rural do município.

No terceiro momento desta pesquisa foram explorados os elementos contidos nas entrevistas realizadas com moradores da área rural de Paraguaçu Paulista dando sentido ao estudo prévio referente ao campesinato.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para cumprir os objetivos desse trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica relacionada à questão agrária, capitalismo, agronegócio e campesinato na biblioteca da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (UNESP), que integra as unidades de todo o estado de São Paulo, bem como em plataformas de revistas científicas como Scielo, Redalyc, portal de periódicos da CAPES e em revistas eletrônicas como Scripta Nova, Geousp, Pegada, Terra Livre, dentre outras.

Foram coletados dados em institutos como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), ÚNICA (União da Indústria da cana-de-açúcar), IEA (Instituto de Economia Agrícola), Laboratório de Geografia Agrária da Universidade de São Paulo, NERA (Núcleo de Estudos sobre Reforma Agrária) etc.

O contexto em que se desenvolve esta pesquisa propiciou o estudo do conceito de campesinato por meio de entrevistas realizadas com moradores da área rural de Paraguaçu Paulista-SP. A resistência da população rural frente ao agronegócio canavieiro está relacionada a sua capacidade de se adaptar a novas formas de ganhar a vida combinando trabalho camponês com trabalho não camponês, trabalho assalariado e trabalho informal (SHANIN, 2008).

A racionalidade econômica e social camponesa (CARVALHO, 2005) baseada na garantia de reprodução da família e na melhoria de suas condições de vida, ou seja, uma racionalidade não movida pelo lucro, pode ser observada nas falas dos entrevistados.

A heterogeneidade do campesinato (THOMAZ JÚNIOR, 2008; SHANIN 2008) pode ser constatada no município de Paraguaçu Paulista em que existem proprietários de terra assalariados, assalariados sem terra, assalariados sem terra que também exercem trabalhos informais, proprietários de terra que sustentam a família com fonte de renda derivada de aposentadorias, arrendadores de terra a fazendas canavieiras, ou seja, uma infinidade de soluções para o problema de como manter a família.

Desse modo, para entender melhor a situação dos pequenos produtores rurais de Paraguaçu Paulista foi elaborada uma entrevista aberta (questionário qualitativo). As entrevistas tinham como base perguntas norteadoras como: tamanho da propriedade, condição do produtor, formas de utilização da terra, tempo em que vive na propriedade, pessoas que compõem a família, necessidade de contratar funcionários, utilização de insumos e máquinas, acesso a financiamento, se os produtos são comercializados ou somente usados para a manutenção familiar, como a presença da usina canavieira afeta a vida dos moradores da área

rural, as principais dificuldades enfrentadas e sugestões para a melhoria das condições de vida dos pequenos produtores rurais.

As entrevistas foram realizadas em dois dias de trabalho de campo, procuramos o Sindicato rural e a Secretaria de Agricultura do município para saber se havia mapeamento da área rural para podermos localizar as pequenas propriedades do município, porém não havia nenhum mapeamento e nos informaram a direção que poderíamos seguir para encontrar as propriedades rurais. Dessa forma, a escolha dos entrevistados foi feita de forma aleatória conforme avistávamos as propriedades pela estrada. Todos os entrevistados foram muito receptivos e se coloram à disposição a esclarecer nossas dúvidas. As perguntas realizadas nas entrevistas encontram-se anexas no final do trabalho.

CAPITULO 1: AGRONEGÓCIO E CAMPESINATO

1.1. Capitalismo e Agronegócio

Segundo Bernstein (2011) o modo de produção capitalista não surgiu totalmente formado de repente, em todos os lugares ao mesmo tempo, assim, a contextualização formulada nesse trabalho visa compreender os aspectos mais gerais sobre seu surgimento e evolução com destaque as transformações relacionadas à questão agrária.

Alguns autores consideram que o capitalismo iniciou no século XV como capitalismo mercantil, passou para a fase industrial nos séculos XVIII e XIX e no século XX desenvolveu-se o capitalismo monopolista e imperialista. Atualmente, a principal característica do capitalismo é a concentração de riqueza na esfera do capital financeiro global (STEDILE, 2013).

Segundo Oliveira (1987), a Europa, local de crescimento do capitalismo, teve durante muitos séculos o feudalismo como modo de produção cuja estrutura básica era a propriedade do senhor sobre a terra, denominada feudos, e a servidão do camponês. Os servos tinham que realizar horas de trabalho nas terras do senhor, que concedia outra parte das terras para ser dividida entre os camponeses que eram obrigados também a pagar tributos sobre sua produção. A transição do feudalismo para o capitalismo foi ocorrendo a medida que a indústria e o contingente urbano se desenvolviam e, conseqüentemente, a demanda por dinheiro e por alimento se ampliava. A fim de aumentar a produção de alimentos para suprir a demanda urbana e extrair lucros, os senhores feudais expulsaram os camponeses de suas terras e passaram a produzir produtos agrícolas para comercializar na cidade. Os camponeses expulsos, por sua vez, não tinham alternativa a não ser vender seu único bem, a força de trabalho.

De acordo com Bernstein (2011), o capitalismo mercantil no século XV caracterizou-se basicamente pelas grandes navegações e a exploração de riquezas e trabalho nas colônias. Na América espanhola predominava um sistema denominado *hacienda* ou fazenda que era uma adaptação das práticas feudais em que a concessão de terras aos colonos dava o direito de cobrar tributos das comunidades indígenas sob a forma de bens ou trabalho (*encomienda*). Para assegurar o controle da força de trabalho as terras eram expropriadas e cercadas garantindo que os indígenas não teriam acesso aos seus meios de subsistência. A maior parte da América Latina se tornou independente no século XIX, com um legado de expropriação e

concentração de terras, restrição das terras aos trabalhadores pobres e generalização do trabalho rural assalariado.

A primeira Revolução Industrial trouxe importantes transformações de base material como a utilização do ferro, carvão e a energia a vapor. A Segunda Revolução Industrial intensificou ainda mais o processo produtivo com o aço, os produtos químicos, a eletricidade e o petróleo que foram responsáveis pelas seguintes transformações na agricultura: a utilização de adubos e outros produtos químicos na lavoura; a seleção genética de plantas e animais; a utilização do motor a combustão em tratores e outras máquinas que aumentaram a produtividade agrícola (BERNSTEIN, 2011).

A partir da década de 1970, passamos a vivenciar a agricultura global na era neoliberal em que toma importância e significado a globalização. Simultaneamente surge a ideologia neoliberal cujo objetivo é garantir a liberdade e a mobilidade do capital e diminuir a intervenção do Estado na economia. Para tanto, busca em primeiro lugar destruir as conquistas das classes trabalhadoras com relação a contratos de emprego, jornadas e condições de trabalho, salário, previdência social, educação etc. Em segundo lugar tenta reduzir a capacidade dos Estados em implantar políticas macroeconômicas, por isso dissemina a ideia de que para obter competitividade é necessário privatizar empresas e serviços públicos (BERNSTEIN, 2011).

De acordo com Costa (2009), a globalização da produção que teve início a partir de 1955 e se consolidou nos anos 1970 e 1980, transformando os meios de acumulação capitalista. Agora, as empresas multinacionais têm a possibilidade de conseguir o máximo de vantagens por meio de centenas de filiais espalhadas por vários países. Ressalta-se que o processo de globalização tem ocorrido em todo o mundo, diferentemente das revoluções industriais que não ocorreram em todos os países simultaneamente. Novas linhas industriais tem surgido relacionadas a robótica, microeletrônica, biotecnologia, nanotecnologia, engenharia genética, dentre outras, que representam uma terceira Revolução Industrial.

Santos (2001), considera que a globalização pode ser percebida três maneiras distintas: como fábula, como perversidade e pela possibilidade de uma outra globalização. A globalização como fábula seria aquela que nos faz acreditar que o mundo está ao alcance de todos, que as informações que circulam realmente informam, que estimula o consumo etc. A verdadeira globalização seria uma fábrica de perversidades que impõe as extremas desigualdades sociais, o aumento da pobreza, desemprego crescente, salários baixos, inacessibilidade de educação de qualidade, aumento da competitividade, do egoísmo, da corrupção. Uma outra globalização, fundada em princípios mais humanos, tem a possibilidade de existir baseada na própria unicidade técnica e informacional que o capital utiliza para

impor a sua globalização perversa, mas fundada em outros objetivos sociais e políticos.

O agronegócio também pode ser considerado um exemplo de perversidade, pois não busca aumentar a produtividade para alimentar as pessoas que passam fome no mundo, mas para aumentar sua competitividade e seus lucros. Os alimentos se tornam *commodities* que são especuladas na Bolsa de Mercadorias & Futuros. Carvalho (2005) denomina esse modelo como agronegócio burguês.

Como agronegócio burguês compreende-se o conjunto de empresas capitalistas que direta ou indiretamente estão relacionadas com os processos de produção, de beneficiamento, de industrialização e comercialização de produtos e subprodutos de origem agrícola, pecuária, florestal e agroextrativistas, e que são comercializadas com maior ou menor grau de beneficiamento predominantemente na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F). Essas mercadorias são denominadas, na expressão comercial, de “commodities”. Elas são cotadas em dólares, em função de serem produtos preferenciais para a exportação e cuja cotação de preços é regulada pelo comportamento comercial desses produtos em outras praças no exterior (CARVALHO, 2005, P.198).

Ressaltamos que a lógica do agronegócio não é a produção de alimentos e sim a acumulação de capitais com utilização de insumos que aumentam a produtividade, mas que por outro lado contaminam os recursos naturais e colocam em risco a saúde das pessoas. Além disso, a produção de agrocombustíveis ocupa grandes extensões de terras em detrimento da produção de alimento, colocando em risco a soberania alimentar.

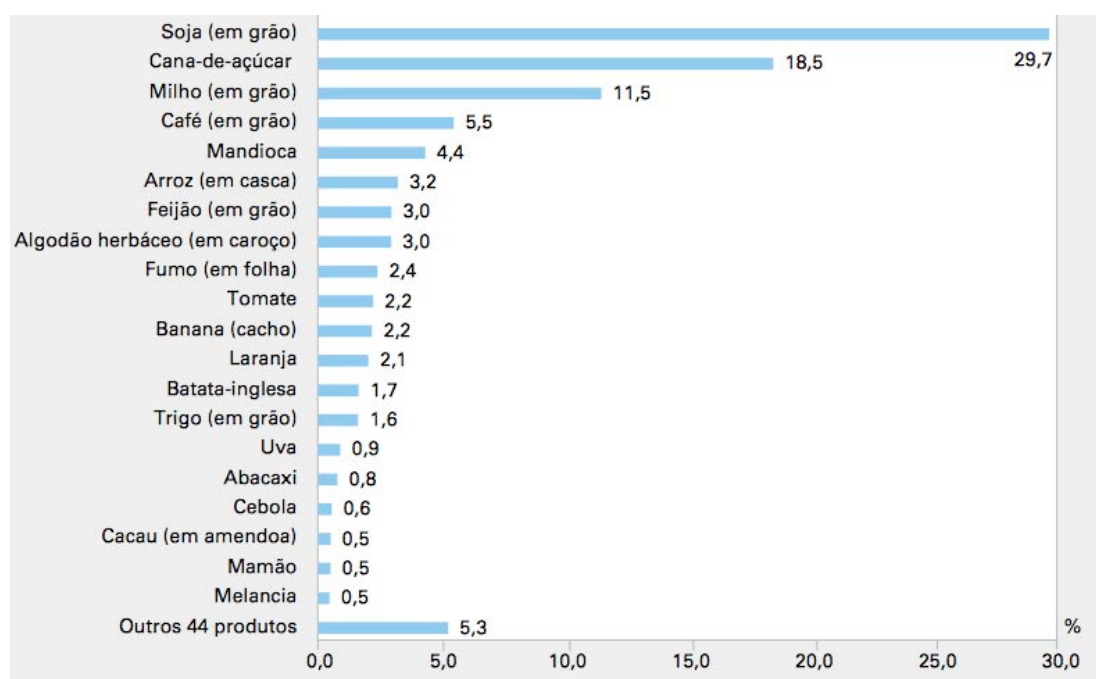
Esse modelo, que busca a produção de commodities e dólares, e não a de alimentos, passa a dominar e utilizar cada vez mais terras férteis para a produção de agrocombustíveis, para ‘alimentar’ os tanques de automóveis de transporte individual, a plantação industrial de árvores homogêneas para celulose, destinadas às embalagens da indústria, e a energia na forma de carvão vegetal (STEDILE, 2013, p.33).

A cana-de-açúcar é um dos principais produtos comercializadas pelo Brasil (GRÁFICO 1). Em 2013, foi o segundo produto com maior valor de produção, ficando atrás apenas da soja, com valor de 42 bilhões. As três principais culturas concentram 59,7% do valor da produção, a soja com 29,7%, a cana com 28,5% e o milho com 11,5% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2013).

A empresa multinacional Raízen, presente no município de Paraguaçu Paulista, é formada por uma joint venture entre a Cosan e a Shell. “A Raízen atua no segmento de

energia e destaca-se por ser a maior produtora individual de açúcar e etanol, por ser gigante na cogeração de energia no Brasil e também por estar entre as maiores distribuidoras de combustíveis do país” (COSAN, 2015). As unidades produtivas da Raízen estão concentradas no Brasil e os escritórios estão nos Estados Unidos, Suíça, Filipinas, Cingapura e Brasil (FIGURAS 2 e 3).

Gráfico 1 Participação dos 20 principais produtos no valor da produção - Brasil - 2013



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Produção Agrícola Municipal, 2013.

FIGURA 1 Distribuição das Unidades da Raízen no Mundo



Fonte: Raízen, 2015.

FIGURA 2 Distribuição da Raízen no Brasil



Fonte: Raízen, 2015.

Segundo Costa (2009), as empresas globais buscam se beneficiar diretamente por meio de suas centenas de filiais, tendo a possibilidade de aproveitar as melhores disponibilidades dos países referentes a força de trabalho barata, matéria-prima, facilidades fiscais e creditícias, precarização trabalhista, que permitiram aumentar a taxa de lucro e mudar a configuração capitalista mundial.

A maioria absoluta das empresas transnacionais do planeta é originária dos países centrais, para onde transferem parte expressiva da mais-valia gerada internacionalmente [...] o poder econômico das transnacionais é tão grande que muitas delas tem um volume de negócios maior que o Produto Interno Bruto de vários países (COSTA, 2009, p.26).

De acordo com Teubal (2008), a consolidação de um sistema de agronegócios por todo o mundo foi uma das características mais importantes do processo de globalização e se implantou de forma significativa na América Latina. A globalização pode ser entendida como uma etapa do desenvolvimento do capitalismo em que há o predomínio de empresas multinacionais, caracteriza-se pela internacionalização financeira, industrial e comercial comandadas por essas empresas. Além da expansão geográfica, outra importante característica do processo de globalização é a difusão das relações de mercado a setores como educação, saúde, cultura, ciência, tecnologia e, dentre outros, os setores agroalimentares. Por setor agroalimentar entende-se uma cadeia de processos que vai desde a pesquisa, a produção, a comercialização e a distribuição de insumos, de novas tecnologias voltados para a agropecuária e alimentos. As políticas neoliberais, incluídas no Consenso de Washington, estão estritamente relacionadas a difusão do mercado e das grandes empresas transnacionais, principalmente, a partir da década de 1970.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco mundial implementaram o Consenso de Washington, que são medidas que visam estabilizar e ajustar os países endividados à nova lógica do capitalismo mundial. Dentre essas medidas estão:

a estabilização da economia (combate à inflação), a realização de reformas estruturais (privatizações, desregulamentação do mercado, liberalização financeira e comercial) e retomada dos investimentos estrangeiros para alavancar o desenvolvimento. O Plano Real é, na sua totalidade, o próprio Consenso de Washington (OLIVEIRA, 2013, p.120).¹

¹ Valorização cambial e juros elevados foram instrumentos permanentes de estabilização da moeda no Plano Real, no entanto, essas medidas provocaram desequilíbrios na economia doméstica em relação ao exterior e

A partir das políticas geradas no Consenso de Washington intensificou-se a exclusão dos pequenos produtores rurais na produção primária e impulsionou-se a formação de grandes complexos agroindustriais, formando um modelo agrícola totalmente excludente. Esse modelo de funcionamento global com predomínio de capital financeiro se especializa em determinadas *commodities* orientadas para o mercado externo. Esse modelo é denominado agronegócio ou *agrobusiness* (TEUBAL, 2008).

De acordo com Stedile (2013), o capital financeiro passa a ser determinante na lógica capitalista, atuando na agricultura por meio das empresas transnacionais. Com o capital acumulado no setor financeiro essas empresas passam a concentrar a nível internacional diversos setores da agricultura (produção, comercialização, insumos, máquinas etc.).

Esse processo levou a uma grande concentração da propriedade da terra, dos meios de produção, dos bens da natureza (água, florestas, minérios etc.) e das sementes. Levou a reorganizar a produção agrícola brasileira sob a égide das necessidades do mercado mundial. E, com isso, concentrou-se a produção em praticamente soja, milho, cana e pecuária extensiva, que juntos ocupam mais de 80% de todas as terras agricultáveis (STEDILE, 2013, p.13).

O agronegócio no Brasil caracteriza-se pela “introdução massiva de sementes transgênicas e do controle pelas multinacionais dos recursos naturais e da terra”. Esse tem sido o modelo de desenvolvimento rural proposto no Brasil cuja premissa está no “controle oligopolista das sementes e do sêmen (com as exigências do processo de produção que lhe são correlatas), das terras, das florestas, da biodiversidade e da água doce pelo capital oligopolista multinacional”. Em razão de sua importância para os interesses do comércio exterior brasileiro e consequente geração de superávits, o agronegócio tem se apresentado como um “modelo hegemônico político e ideológico que tem incidência direta nas políticas públicas, nos meios de comunicação de massa, em outros setores da economia, na ideologia que constitui o senso comum da massa da população [...]”. Além disso, os governos acatam as determinações econômicas dos organismos multilaterais (FMI, OMC, Banco Mundial e FAO)

dependência de aportes de capitais estrangeiros para equilibrar a balança de pagamentos. A partir de 1997, ocorreram altos índices de desemprego. Desse modo, embora a política de estabilização da moeda tenha provocado inicialmente ganhos reais as camadas menos privilegiadas, a continuidade da política de câmbio apreciado e juros alto produziu uma regressão nesse processo e uma intensa transferência de renda para os detentores de títulos públicos que se beneficiam dos altos juros. Assim, eleva-se sistematicamente o endividamento público, principalmente em relação aos credores internos (SALLUM JR., 2000). Com a elevada dívida pública, o Brasil precisou ampliar o saldo comercial voltando-se para *commodities* agrícolas e minerais (OLIVEIRA, 2013).

que são os mesmos interesses dos “capitais oligopolistas multinacionais” e, em especial, do capital financeiro (CARVALHO, 2005, p.199).

No período de globalização neoliberal a agricultura nos remete a diversas questões, para citar algumas: a especulação financeira das mercadorias agrícolas; concentração das grandes empresas globais de agroinsumos e agroalimentares com destaque aos processos de fusões; as novas tecnologias organizacionais desde a lavoura até a venda de alimentos por grandes cadeias de supermercados; a produção de biocombustível dominada por empresas do agronegócio norte-americanas e europeias, e seu efeito para a produção de grãos para consumo humano; nível crescente de produção de alimentos industrializados e suas consequências para a saúde em razão das substâncias químicas utilizadas e deficiência nutricional evidenciadas pelo aumento dos casos de obesidade e doenças ligadas a ela, além da continuação ou até mesmo aumento da fome e desnutrição no mundo (BERNSTEIN, 2011).

De acordo com Porto-Gonçalves (2005), outra questão relacionada ao modelo atual de agricultura é o aumento da utilização de sementes transgênicas, como a semente Roundup Ready (RR) resistente ao herbicida glifosfato (Roundup). A empresa estadunidense Monsanto possui patentes de direito de propriedade sobre as sementes RR e sua descendência. Amarra-se a venda da semente com a do herbicida o que aumenta o poder da Monsanto, detentora dessa tecnologia. A semente transgênica não aumenta a produtividade como muito se diz, mas proporciona a diminuição da mão-de-obra necessária já que não é necessário fazer o controle da ervas daninhas, pois não resistem ao herbicida. Esse modelo agrário que se apresenta como moderno pode ser entendido como

uma forte aliança oligárquica entre (1) as grandes corporações financeiras internacionais, (2) as grandes indústrias-laboratórios de adubos e fertilizantes, de herbicidas e sementes, (3) as grandes cadeias de comercialização ligadas aos supermercados e (4) aos grandes latifundiários exportadores de grãos (PORTO-GONÇALVES, 2005, p.259).

O agronegócio não conseguiu resolver a questão da fome, pois ela não ocorre por existir falta de alimentos, mas pelo acesso desigual às mercadorias produzidas. Não obstante, o agronegócio tem sido considerado como a única via de desenvolvimento rural possível enquanto o pequeno produtor tem sido acusado de atrasado e incapaz de levar o país ao desenvolvimento.

De acordo com Teubal (2008), uma série de movimentos na América Latina lutam por um modelo alternativo ao agronegócio, na Guatemala, na Bolívia, no México, no Equador, no Peru, na Colômbia, no Paraguai, Argentina e no Brasil com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esses movimentos também lutam para reafirmar identidades étnicas e comunitárias com crescente importância no meio rural latino-americano.

1.2. Da Promessa de Modernidade à Modernização Conservadora

Ressaltamos que o paradigma da modernização conservadora remete a uma ampla análise crítica do capitalismo e que nessa pesquisa não tivemos a pretensão de realizar uma análise aprofundada da temática, mas apenas tentar compreender os rumos tomados pelas políticas públicas brasileiras no que se refere a questão agrária.

A hegemonia do agronegócio no Brasil e na América Latina surgiu da promessa de modernizar o setor agropecuário para torná-lo mais eficiente e competitivo no mercado global. Com esse intuito, esses países passaram a colocar em prática políticas de ajuste estrutural comandados pela lógica neoliberal a partir de 1970, orientados por organizações multilaterais como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. Esses ajustes afetaram a agricultura na América Latina porque consolidou-se um sistema agroalimentício comandadas por grandes empresas multinacionais. Por sistema agroalimentício entende-se processos que vão desde a produção de sementes até a mesa do consumidor (produção, comercialização, processamento industrial, distribuição e consumo). Desse modo, intensificou-se o domínio do capitalismo sobre o campo com uma produção orientada para o mercado global (TEUBAL, 2008).

De acordo com Oliveira (2013), a interferência de órgãos como Fundo Monetário Internacional (FMI) nas políticas públicas de países periféricos vem acompanhada da ideologia desenvolvimentista. Os empréstimos são concedidos pelo FMI mediante algumas exigências como, por exemplo, as reformas econômicas dos países que incluem ajustes fiscais, fim de subsídios para produtos agrícolas e combustíveis, privatização de companhias estatais etc. Esse modelo econômico do FMI tem se tornado políticas nacionais de muitos Estados em que estão presentes as multinacionais.

Os países periféricos ficam submetidos a uma verdadeira chantagem em razão da sua condição de dependência dos países desenvolvidos e das instituições multilaterais, sobretudo em razão da dívida externa “que vem sendo manejada como se fosse ‘exclusivo colonial’ com que se obrigava à colônia a só comercializar com a metrópole”. Atualmente, a distinção entre

dívida externa e interna perdeu em parte seu teor explicativo. Sem dúvida a dívida pública, que no Brasil é, em grande parte internalizada, assume esse papel de pressionar os governos a adotarem o receituário neoliberal. Vale ressaltar ainda que os organismos multilaterais são os mesmos que incentivam as políticas de ajuste estrutural nos países periféricos, em particular, na América Latina (PORTO-GONÇALVES, 2005, p.200).

Segundo Ianni (1996) a modernização passou a ser vista como possibilidade de desenvolvimento e progresso disseminando pelo mundo uma racionalidade capitalista e levando padrões e valores ocidentais, principalmente, europeus e norte-americanos para as mais diversas formas de sociedade. Corporações transnacionais também induzem a modernização das atividades e mentalidades e a mídia cumpre um papel essencial na difusão e legitimação desses padrões. Vale ressaltar que esses valores propagados se defrontam com outros valores de determinadas sociedades, tribos, nacionalidades, civilizações, podendo existir uma convivência pacífica ou não de ambas as formas de organização de vida em um único território.

Milton Santos (2005) resalta a presença da ciência, da técnica e da informação (meio técnico-científico-informacional) nos processos de remodelação do território que atuam de modo a atender as necessidades da reprodução hegemônica no espaço geográfico. O território passa a incorporar amplamente o capital difundindo novas formas ao espaço e alterando fortemente o campo.

É verdade que durante muito tempo se escreveu, no caso brasileiro, ser o campo hostil ao capital, obstáculo à sua difusão. Hoje, porém, o que vemos é o contrário, um campo que acolhe o capital novo e difunde-o rapidamente, com tudo o que isso acarreta, isto é, novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais, novas formas ocupacionais, rapidamente instaladas. É uma tendência que claramente se nota nas áreas economicamente mais avançadas, mas que também se faz presente naqueles subespaços menos avançados (SANTOS, M., 2005, p. 43).

Ao mesmo tempo em que surgem novas tendências técnicas e informacionais, surge também a necessidade de vigiá-las e regulá-las. Paralelamente a criação de uma tecnoesfera, ocorre a tendência de criação de uma psicoesfera, de forma a combinar o fator econômico ao cultural, criando uma base social de adequação do comportamento e dos valores sociais que criam a necessidade de utilização de recursos técnicos modernos (SANTOS, 2005).

As políticas de ajuste estrutural nos países periféricos possuem uma ideologia capitalista de inserção no mercado mundial como caminho para o desenvolvimento. No

entanto, essas políticas acabam agravando ainda mais a situação das populações pobres, principalmente, as populações rurais. O livro “Campesinato e Agronegócio na América Latina” organizado por Bernardo Mançano Fernandes traz a contribuição de pesquisadores de diversos países da América Latina sobre essa questão, ressaltaremos o exemplo do México.

De acordo com Mackinlay (2008), no México, a reforma agrária foi conquistada na Revolução Mexicana de 1910 e posta em prática de 1917 a 1992 colocando mais de 50% das terras nacionais nas mãos de comunidades agrárias (em que se reconheciam direitos ancestrais de posse) e *ejidos* (terras cultivadas e de uso público) e distribuindo terras individualmente ao setor privado empresarial que recebeu uma importante parte dos recursos e subsídios fornecidos ao campo. A composição dessa estrutura no campo necessitou de certas regras que permitissem a existência de ambos os setores. As principais regras eram que a propriedade privada deveria ter certos limites territoriais que não poderiam ser ultrapassados, não era permitido a existência de sociedades mercantis por ações e não podiam arrendar terras. Dessa forma, em razão da dificuldade de se produzir produtos primários as propriedades privadas passaram a se especializar na transformação agroindustrial.

Essa situação começou a mudar com a adesão às políticas de ajuste neoliberal a partir de 1982 com inúmeras reformas estruturais que acabaram mudando a correlação de forças a favor dos empresários individuais e da agroindústria. Como resultado grandes grupos agroindustriais e empresas nacionais e estrangeiras passaram a comandar o processo de desenvolvimento agropecuário do país. No final de 2002 surgiu um importante movimento campesino que conseguiu algumas concessões do governo restituindo alguns projetos e subsídios ao campo (MACKINLAY, 2008).

É importante destacar algumas consequências que Mackinlay (2008) aponta diante dessas transformações sociais, econômicas e políticas que se implantaram no México: crise na produção; déficit na balança comercial agropecuária em grãos básicos; aumento da pobreza e dos níveis de degradação ambiental; decadência de diversas unidades campesinas e pequenos e médios empresários; proletarianização de campesinos; crescente migração para os Estados Unidos e a diminuição de homens jovens e adultos no campo.

A promessa de modernização dos países periféricos “afirmada com base na expectativa da produção de um bolo que cresceria infinitamente” se tornou uma vazia e velha promessa. O desenvolvimento “simplesmente multiplicou os privilégios de poucos e a miséria de muitos” (MÉSZÁROS, 2011, p.92-93).

Ele [o capitalismo] prometia “modernização”, mas, depois de muitas décadas, de intervenção trombeteada em alto e bom som, só ofereceu a intensificação da pobreza, a dívida crônica, a inflação insolúvel e uma incapacitante dependência estrutural. Tanto mais que hoje é de fato muito embaraçoso lembrar aos ideólogos do sistema do capital que há não muito tempo eles espetaram suas bandeiras no mastro da “modernização” (MÉSZÁROS, 2011, p.92).

No Brasil, de acordo com Delgado (2014), a questão agrária concentrou-se em dois discursos teóricos distintos, um a favor da reforma agrária e outro por uma modernização “conservadora” do setor agropecuário, este prevaleceu no período da ditadura militar evidenciando a negação de uma política de mudança da estrutura agrária. Por modernização “conservadora” entende-se uma modernização sem reforma social, sem mudança na estrutura agrária. Assim, a modernização conservadora surgiu após o movimento pela reforma agrária ser derrotado pela implantação da ditadura militar. A modernização conservadora estimulou a utilização de pacotes da “Revolução Verde”², a intensificação de crédito agrícola por meio de volumosos subsídios financeiros e a integração entre indústria e agricultura. Tudo isso fortaleceu as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade de terra.

No período de ditadura militar houve um grande investimento na industrialização do país e, conseqüentemente, passamos a exportar produtos manufaturados em detrimento dos produtos básicos. Assim, o país conseguiu alterar sua inserção no capitalismo internacional, contudo, pagou um preço alto, o crescimento da dívida externa que em 1964 era de 2,5 bilhões de dólares e passou em 1984 para 102 bilhões de dólares. Com a crise da dívida no início da década de 1980, o Brasil precisou ampliar o saldo comercial, voltando-se para commodities agrícolas e minerais como tábua de salvação: “Era necessário aumentar as exportações para pagar os juros da dívida” (OLIVEIRA, 2013, p.135).

No governo de José Sarney os juros continuavam crescendo e as exportações também. Nos governos seguintes (Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso) o cenário não foi diferente, a dívida aumentava absurdamente e as exportações se ampliavam para pagar os juros da dívida. Nas palavras de Ariovaldo Umbelino Oliveira (2013, p. 137), “é o cachorro correndo atrás do próprio rabo, ou seja, quanto mais se exportou, mais a dívida cresceu e mais se pagou juros”.

² “A chamada Revolução Verde, iniciada em meados do Século XX, tem como fundamentos a multiplicação da produção de alimentos por meio de uma agricultura mecanizada, com uso intensivo de fertilizantes e defensivos químicos, melhorias genéticas de sementes e monocultura de escala. Esse modelo fez tanto sucesso que ajudou a reduzir a fome no mundo, foi promovido à condição de “revolução” e garantiu o Prêmio Nobel da Paz de 1970 ao idealizador do primeiro programa do gênero, o norte-americano Norman Ernest Borlaug. Hoje, o mundo produz mais alimentos do que as necessidades humanas – e se a fome e a miséria ainda persistem são por motivos políticos e econômicos” (IPEA, 2015).

De acordo com Delgado (2012, p.94), em 1987/88, inicia-se o processo de desmonte da política pública de regulação do setor agrícola, abandonando-se a política agrícola de coordenação e intervenção do Estado para a adesão de uma estratégia de liberalização dos mercados e privatização de instrumentos de política que foram implantadas no governo Collor e Fernando Henrique Cardoso ao longo dos anos 1990. A adoção de tais medidas e o processo de globalização levaram a uma relativa desindustrialização e o retorno da “vocação agroexportadora”. Como consequência dessa política, os preços reais recebidos pelos agricultores tornaram-se extremamente desfavoráveis, principalmente, aos pequenos produtores rurais. Além dos efeitos maléficos sobre a agricultura, o ajuste estrutural neoliberal promoveu o aumento da d vida externa provocando uma crise no final de 1998 com fugas de capital e exigência de mudanças na política cambial e na política de ajustamento externo. A política do segundo governo FHC voltou a enfatizar a geração de grandes e crescentes saldos na balança comercial, sendo o agronegócio chamado a desempenhar esse papel aprofundando a especialização da agricultura brasileira, principalmente em soja, milho, cana-de-açúcar, papel e celulose e pecuária bovina.

Essa op   o política deu ao agronegócio um caráter de “imprescindibilidade” aumentando sua importância política e sua exposição favorável na m dia. Surgem novos atores sociais, como, os sem-terra, os assentados e os agricultores familiares (termo que substitui pequenos produtores e ganha presença nos programas públicos). A partir de então, ganha relevância a proposta de construção de um projeto alternativo de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar, sendo criado em 1996 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e, a partir de 1992, a Previdência Social Rural (DELGADO, 2012, p.100).

Para Carvalho (2005, p.200), surge a ideia que o campesinato deve se integrar a esse modelo de agronegócio, visto como alternativa única para o desenvolvimento. Assim, surge a proposta chamada Novo Mundo Rural implantada na década de 1990 pelo governo federal que sugere a integração necessária da agricultura familiar ao agronegócio. O Pronaf é outro programa governamental que segue essa linha. “Portanto, o agronegócio burguês   não só economicamente dominante como político-ideologicamente hegemônico”. Controla tanto o comportamento estratégico e t tico do governo com t b m as mentes das massas populares, rurais e urbanas. Além disso, “coloca a economia rural brasileira sob o controle direto dos interesses das corporações multinacionais e do capital financeiro internacional, eliminando qualquer possibilidade efetiva de manutenção da já precária soberania nacional e, muito menos, da soberania agroalimentar”

A eleição de Luis Inácio Lula da Silva a presidente do Brasil, em 2003, foi uma conquista democratizante, pois se tratava de um sindicalista fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) e apoiado por movimentos sociais. No entanto, o governo que assumiu formou coalisões com setores conservadores e deu continuidade ao receituário neoliberal, embora com exceções importantes, tais como, reforço do papel do Estado na economia, maior controle da abertura externa, revalorização de empresas estatais e recusa em dar continuidade às privatizações. O governo Lula tentou criar oportunidades de desenvolver o projeto democratizante sem romper com o projeto neoliberal. Nesse período, houve marcos legais importantes, como, Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326, de 24 de julho de 2006), a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006) e a Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) (Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010), além da promulgação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, pelo Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) passou a tratar das questões relacionadas à agricultura familiar (DELGADO, 2012).

De acordo com Delgado (2012), o Plano Safra para a Agricultura Familiar, iniciado no primeiro mandato de Lula, visou estimular a agricultura familiar com esforço de ação conjunta entre sociedade civil e agências governamentais por meio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), ocorreu um aumento considerável dos recursos financeiros à disposição da agricultura familiar por meio do PRONAF. No entanto, cabe ressaltar, que a maior parte dos recursos do PRONAF foi destinado a agricultores de maior renda e mais modernizados, em especial os da região sul do país. Além disso, houve a continuidade do Programa de Previdência Social Rural que possibilitou o acesso da população rural aos benefícios da previdência, principalmente, às aposentadorias no regime de economia familiar. Nessa mesma direção, há diversos estudos que têm mostrado a relevância e o impacto do Programa Bolsa Família sobre as áreas rurais do país, especialmente sobre a expansão da capacidade de acesso dos beneficiários do programa aos alimentos e à melhoria das condições nutricionais das famílias. Vale lembrar o impacto da política de Habitação Rural e do Programa de Eletrificação do Campo, principalmente, o Programa Luz para Todos, do Ministério de Minas e Energia, que vem garantindo uma melhoria substantiva nas condições de vida e de produção da população rural.

A expansão do agronegócio na região norte e, principalmente, na região amazônica aumentou o desmatamento e provocou conflitos fundiários com pequenos produtores, posseiros, seringueiros e povos indígenas. Os conflitos no campo não foram atenuados durante o governo Lula e houve a manutenção do agronegócio como principal elemento de

ajuste das contas externas do país, ao mesmo tempo ocorreu uma grave ameaça à preservação ambiental e à segurança das populações rurais na região norte, que se expressa inclusive por meio de intensa pressão sobre a legislação ambiental existente (Código Florestal, Áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente, Sistema Nacional de Unidades de Conservação). Para enfrentar as questões relativas à regularização fundiária na região norte o governo lançou, em 2009, o Programa Terra Legal, que serviu para legalizar e a legitimar parte do processo de grilagem e de apropriação indevida de terras devolutas que ocorre (historicamente) na região, especialmente nos estados de Mato Grosso, Pará e Rondônia (DELGADO, 2012).

A partir de 2008/2009, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) passou a implementar o Plano Safra Mais Alimentos com o objetivo de fortalecer o mercado interno e aumentar a oferta de alimentos. Para tanto, foi criada uma linha especial de crédito para investimento em infraestrutura produtiva (compra de máquinas, equipamentos, correções de solo, irrigações, armazenagem etc.). Na verdade, essa medida serviu para a tecnificação dos agricultores familiares, principalmente, da região sul do país. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado como uma das ações do Programa Fome Zero e propôs integrar as questões relativas a aquisição de alimentos pelas populações carentes com a criação de mercado para os produtos oriundos da agricultura familiar. Desse modo, o PAA passou a integrar a política de segurança alimentar e nutricional e a política agrícola voltada a agricultura familiar. Cabe ressaltar, que o governo Lula reconheceu a diversidade do mundo rural brasileiro, por exemplo, as comunidades quilombolas passaram a ser atendidas pelo Programa Brasil Quilombola (DELGADO, 2012).

Segundo Fernandes (2013), no governo Lula, ocorreu uma reforma agrária parcial que não teve origem na desapropriação, mas sim na regularização fundiária de terras da União, que aconteceu sob pressão de organizações camponesas, como, o Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). O governos neoliberais retiraram a questão agrária da pauta política e o governo Lula a tratou com extrema timidez, fato que impediu uma reforma agrária plena e a criação de mais políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura camponesa. O governo Lula teve duas gestões marcadas por uma política de desenvolvimento com distribuição de renda, como o Programa Bolsa Família, no entanto, perdeu a oportunidade de distribuir terras e ampliar a participação do campesinato na agricultura brasileira.

Fernandes (2013) destaca que o Programa Nacional de educação na Reforma Agrária (PRONERA) melhorou o nível educacional da população assentada e que o Programa de

Aquisição de Alimentos (PAA) foi uma das mais importantes fontes de rendas para os assentados.

De acordo com Campos (2015), o governo Dilma mantém as diretrizes políticas e programáticas do governo Lula, no entanto, ganhou força a ideia de que os investimentos no campo deveriam visar a melhoria dos assentamentos já existentes e que novas desapropriações só se realizariam após um amplo processo de qualificação dos assentamentos já existentes. As relações entre o MST e os governos petistas se mostram tensas, pois o Movimento enfrenta o fato de demandar a reforma agrária diante de governos que receberam seu apoio eleitoral. Existe uma aproximação histórica entre o MST e o Partido dos Trabalhadores (PT) desde quando surgiram no contexto das lutas pela redemocratização brasileira nos anos 1970 e 1980.

Segundo Campos (2015), os governos do PT tentam desenvolver uma política de agricultura familiar em paralelo à agricultura empresarial, assim, as secretarias e ministérios são ocupadas tanto por pessoas comprometidas com a luta pela terra quanto por representantes do agronegócio. Esse fato revela que os movimentos sociais de luta pela terra necessitaram disputar o governo com o setor do agronegócio.

De acordo com Fernandes (2013), a política de reforma agrária jamais será associada ao agronegócio, tendo em vista que nos últimos 30 anos o agronegócio concentrou absurdamente terras e hegemonizou as políticas agropecuárias em todo o mundo, intensificando a estrangeirização de terras.

No dia 27 de outubro de 2015, cerca de mil militantes do MST ocuparam a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em Brasília, cobrando o plano de metas de assentamento de 120 mil famílias acampadas em todo país prometido pelo governo federal. O ex-presidente Lula se pronunciou na 1ª Feira Nacional da Reforma Agrária, em São Paulo, cobrando Dilma para que cumpra sua promessa, pois até o momento só haviam sido assentadas 12 mil famílias³.

Nos anos 2000, percebemos que o projeto de modernização conservadora da agricultura se reestruturou com base novamente na exportação de produtos agrícolas primários articulando um pacto de poder entre as cadeias agroindustriais, a grande propriedade de terra e o Estado, contando com uma hegemonia política de forte aparato ideológico e uma sólida bancada ruralista (DELGADO, 2014).

Para Guilherme Delgado (2014) há um traço comum entre modernização conservadora da ditadura militar e o pacto contemporâneo com o agronegócio: a terra-mercadoria e a

³ MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. MST ocupa INCRA em Brasília para exigir Plano Nacional de reforma agrária. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/27/mst-ocupa-incra-em-brasilia-para-exigir-plano-nacional-da-reforma-agraria.html>>. Acesso em 28 out. 2015.

dispensa de uma reforma agrária. A terra como uma mercadoria traz uma contradição com a Constituição Federal de 1988 (Art.184) que prevê a função social da terra.

Para Carvalho (2014), os governos, ao invés de tomar atitudes progressistas de democratização da posse e uso da terra, agem de acordo com os interesses das empresas do agronegócio em uma atitude de contrarreforma, favorecendo aos grandes proprietários de terra e a concentração fundiária do país.

No Brasil, existe a ideia de que a produção agropecuária vem, principalmente, do agronegócio e da produção em larga escala comandados pela lógica capitalista. Portanto, não tem sentido distribuir terras por meio de reforma agrária, isso provocaria uma desestabilização do setor produtivo agropecuário deixando a política de *commodities* do país vulnerável. Outro argumento é que não existem latifúndios ou terras improdutivas no Brasil, mas sim modernas empresas rurais. Esses seriam alguns mitos que Oliveira (2013) desconstrói em seu texto, usando dados oficiais, produzidos pelo INCRA, revelando que apesar da alta concentração fundiária as pequenas propriedades rurais são as quem produzem grande parte dos alimentos básicos consumidos pela sociedade e são as maiores geradoras de emprego no setor agrícola.

1.3. A resistência do Campesinato

De acordo com Zahr (2005), os camponeses brasileiros recebem diferentes denominações a depender da região em que estão inseridos, como, caboclos, sertanejos, caipiras, lavradores nacionais. O termo caboclo possui um ponto de vista étnico tendo em vista que se refere à mestiços descendentes de índio e branco, no entanto, a palavra também é muito utilizada na literatura brasileira para designar o lavrador nacional, no sentido mais cultural do que étnico. Historicamente, os trabalhadores nacionais foram vistos de forma preconceituosa como pessoas de raça inferior, o que justificaria seu nível de vida e preguiça para o trabalho. Dessa forma mestiçagem chegou a ser utilizada para justificar o atraso do país. Havia estudos baseados no determinismo biológico que fundamentavam o racismo⁴.

Assim, a força de trabalho de nacionais, inclusive de libertos, foi vista como incapaz de atender as exigências de trabalho disciplinado necessário para o desenvolvimento

⁴ Raymundo Nina Rodrigues absorve a ideia de Racismo Científico no final do século XIX em que a inferioridade dos africanos era justificada pela antropometria (medição da capacidade através do tamanho da caixa craniana). Vide: RODRIGUES, R.N. OS africanos no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

capitalista de produção. A mão-de-obra de imigrantes europeus era desejada, principalmente, quando foi possível comparar as realizações econômicas dos imigrantes com a dos trabalhadores livres. Fato é que os trabalhadores pobres nacionais eram colocados para atender as mais diversas funções, enquanto os imigrantes se dedicavam a atividades independentes (ZAHR, 2005).

Atualmente, os movimentos sociais recebem diversas denominações que refletem as realidades locais de modo que passaram adotar autodefinições coletivas de acordo com suas tradições, consciência ambiental, identidade e fatores políticos. Dessa forma, originaram-se novos movimentos sociais como o Conselho Nacional dos Seringueiros, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, dentre muitos outros. Esses movimentos sociais acabam alterando os padrões tradicionais de força política em razão da emergência de lideranças locais que passam a ter uma participação mais ativa que antes era efetuada apenas pelos grandes proprietários de terra, comerciantes, donos de castanhais e babaçuais. (ALMEIDA, 2005).

De acordo com Fernandes (2002), a territorialização do capital expropria os camponeses obrigando-os a viver na miséria. A luta pela terra é a luta para mudar esse destino, por isso os camponeses se organizam. No entanto, existem diferentes vertentes envolvidas na questão agrária brasileira: de um lado voltada a uma luta pela terra via oposição ao capitalismo está o MST e a Via Campesina e do outro a Contag e a CUT, que estão mais voltadas a política de integração capitalista ao lado do governo. A partir do governo FHC, passaram a existir políticas voltadas para integração de camponeses como pequenos capitalistas enquanto a oposição ao MST se faz diante da criminalização e judicialização do movimento.

De acordo com Fernandes (2014), existe o paradigma da questão agrária e o paradigma do capitalismo agrário, cada um com visões extremamente opostas ao outro. O primeiro defende “modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses” em uma perspectiva de construção de uma outra sociedade que supere o capitalismo. O segundo defende que as desigualdades geradas pelo capitalismo podem ser superadas por meio da “‘integração’ do campesinato ou ‘agricultor de base familiar’ ao mercado capitalista. [...] Para o paradigma da questão agrária, o problema está no capitalismo e para o paradigma do capitalismo agrário, o problema está no campesinato” (FERNANDES, 2014, p.43).

O debate a respeito da questão agrária tem se desenvolvido a partir do princípio da superação. Essa condição implica na luta contra o capital e na perspectiva de construção de experiências para a transformação da sociedade. O debate a respeito do capitalismo agrário tem se desenvolvido a partir do princípio da conservação das condições existentes da sociedade capitalista [...]. Por não conseguir explicar a persistência do campesinato, a sua existência e atualidade e nem suas perspectivas, procura transformá-lo por meio do esvaziamento de sua história. O camponês fica com o passado e o agricultor familiar com o futuro” (FERNANDES, 2005, p.25)

O campesinato pode ser definido pela interdependência entre quatro elementos básicos e não pode ser reduzido a apenas um deles, quais sejam:

- a) a propriedade rural familiar como a unidade básica da organização econômica e social; b) a agricultura como a principal fonte de sobrevivência; c) a vida em aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais; c) a situação oprimida, isto é, a dominação e exploração dos camponeses por poderosas forças externas (SHANIN, 2005, p.05).

No entanto, de acordo com Shanin (2008), podemos encontrar grupos de camponeses que apresentam três e não quatro dessas características, os quais podem ser denominados “quase camponeses”, “camponeses marginais”, “camponeses marginalizados” etc., por exemplo, camponeses que não possuem terra suficiente para a manutenção familiar, mas mostram a maiorias das características que definem o campesinato. É importante esclarecer que a condição do camponês associada a aldeia ou a pequenas comunidades rurais não significa atraso ou isolamento e que esses camponeses podem se integrar ao mercado, por exemplo, através de cooperativas. A situação de dominação dos camponeses por poderosas forças externas pode ser exemplificada pelos mecanismos de mercado que colocam os preços em seus produtos, ou por medidas do Estado que podem impactar positiva ou negativamente os produtores rurais, ou até mesmo pelo domínio das empresas multinacionais no setor agroalimentar.

Vale ressaltar que a realidade é mais complexa do que os modelos, não que estes sejam inúteis, mas não podem ser tratados como realidade. Uma das características principais do campesinato é ser “um modo de vida, uma combinação de vários elementos [...] Porque, se procurarmos uma realidade fixa, não vamos encontrar isso no campesinato”. Destaca-se que para se compreender o campesinato a economia familiar é mais significativa do que “um modelo geral de campesinidade” (SHANIN, 2008, p.34).

Para Shanin (2005) o conceito de camponês pode ser utilizado de forma mística e generalizada. Mística quando não se leva em consideração a diferenciação camponesa, um camponês não existe no sentido estrito da palavra em qualquer lugar, região ou país sem apresentar suas ricas diversidades em seu conteúdo. Além da diversidade espacial existe também a diversidade histórica, o camponês não é o mesmo em diferentes anos, décadas e séculos. Portanto, deve-se levar em conta a heterogeneidade dos camponeses. A generalização do conceito pode ser vista quando se destaca as diversas características que são semelhantes no campesinato de todo o mundo, como, o trabalho familiar, o controle do meio de produção, padrões de organização política e social etc.

Shanin (2008) ressalta que a generalização empírica é parte indispensável dos estudos das ciências sociais, o perigo está no excesso de generalização que pode implicar a uma homogeneidade dos camponeses.

Existe uma especificidade camponesa em relação à empresa capitalista que é uma “racionalidade econômica, social e ecológica desenvolvida na história do próprio campesinato e na interação crítica e adaptativa com a racionalidade da empresa e do mercado capitalista”. Essa racionalidade apoia-se, principalmente, em dois elementos: a garantia de reprodução da família e da posse sobre os recursos materiais. “A reprodução social da unidade de produção camponesa não é movida pelo lucro, mas pela possibilidade crescente de melhoria das condições de vida e de trabalho da família”. (CARVALHO, 2005, p.170).

Ressalta-se que o campesinato não se constitui de forma homogênea, mas sim de identidades diversas como assentados, posseiros, ribeirinhos, pescadores artesanais, parceiros, quilombolas, povos indígenas camponesados etc. Deve-se considerar elementos culturais de cada grupo bem como sua estrutura familiar e seu modo de vida. Em meio às contradições existentes no sistema capitalista é que se reproduzem “relações não essencialmente capitalistas” e que caracterizam a realidade camponesa. Vale destacar a respeito da tentativa de homogeneização dos valores, dos princípios, da ética, da ideologia, como uma “*mcdonaldização* do planeta à sua imagem e semelhança” por meio de um projeto de desenvolvimento único para toda a sociedade que, no entanto, refletem os interesses das classes dominantes nacionais e estrangeiras. (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p.281-282).

Para Shanin (2005) o capitalismo tem a capacidade de explorar tudo e todos a sua volta, mas não consegue transformar tudo ao seu redor à sua semelhança, um exemplo disso é o campesinato. No Brasil, por exemplo, o autor ressalta que há um aumento no número de camponeses. Desse modo, os camponeses não se dissolvem apenas em capitalistas ou assalariados, eles persistem e se transformam gradualmente conforme a economia capitalista invade suas vidas. Os camponeses continuam situando-se em unidades agrícolas diferenciadas

em tamanho e estrutura. São marginalizados e vistos como atrasados, servindo ao capitalismo de forma menos direta oferecendo mão-de-obra e alimentos baratos e mercado consumidor de bens.

A reforma agrária é a possibilidade de democratização do acesso a terra e geração de uma alternativa a um espaço rural oligopolizado, desigual e degradado pelas novas tecnologias e uso de agrotóxicos. É, ainda, possibilidade de afirmação da diversidade cultural e da agrobiodiversidade (CARVALHO, 2014).

De acordo com Oliveira (2013) a histórica luta pela terra e pela reforma agrária permanece até os dias de hoje no Brasil, e como resposta crescem os conflitos e a violência no campo. Ao mesmo tempo em que o país se moderniza, industrializando e mundializando a economia nacional, produz também a exclusão e a miséria de trabalhadores brasileiros. É a barbárie e a modernidade caminhando lado a lado.

O aspecto central da reforma agrária deve ser a “desmercadorização” da terra. “Impor limites a liberdade de ação do capital sobre o espaço territorial, no seu estágio monopolístico, internacional e financeiro é condição de possibilidade à própria democracia” (DELGADO, 2014, p.34).

Portanto, torna-se um grande desafio pensar em novas alternativas ao modelo atual de desenvolvimento baseado no agronegócio. Desse modo, a perspectiva do campesinato ganha força em uma proposta que pode reverter a situação atual.

Thomaz Júnior (2008) destaca que é por meio das contradições do capitalismo que devemos entender a existência camponesa, pois ao mesmo tempo em que a reprodução e recriação do campesinato está submetida ao capitalismo, por outro lado persiste a luta e resistência à proletarianização, à transferência da renda da terra, a homogeneização etc. Mobilizações anticapitalistas tem surgido em diversos países, inclusive, na América Latina com a participação em massa de camponeses, indígenas, trabalhadores sem terra, comunidades tradicionais que estão incentivando a ampliação dessas ações a outros setores da sociedade até mesmo em países centrais que sediam encontros dos organismos multilaterais dirigentes.

A Constituição Federal de 1988 consagra o direito de propriedade e o de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, ao estabelecimento rural que não esteja cumprindo sua função social.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio

ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988).

No entanto, de acordo com Oliveira (2013), o direito é subvertido e a justiça fica de um lado só, o lado das elites. Magistrados são capazes de dar reintegração de posse a representantes da elite que não possuem o título de uma terra que é sabidamente pública. Aqueles que lutam por um direito garantido pela Constituição são criminalizados e presos.

A forte concentração de terras geradora de desigualdade social tem que ser combatida com uma ampla reforma agrária, não com viés mercadológico, mas com um conceito de terra como um bem social.

1.4 Território e movimentos socioterritoriais

O território é um dos conceitos-chave da geografia utilizado para compreender as relações de poder que geram conflitos e disputas em determinados locais. O território é produzido espaço-temporalmente pelo exercício de poder por determinados grupos ou classes sociais. As diferentes forças sociais efetivam o território constituindo territórios heterogêneos e fundados em desigualdades e diferenças (SAQUET, 2013).

Segundo Fernandes (2005), o território é formado no espaço geográfico por meio de diferentes relações sociais que se materializam no espaço produzindo territórios em movimentos desiguais, contraditórios e conflitivos. No território de Paraguaçu Paulista, por exemplo, podemos observar a existência de pequenos produtores rurais que buscam a permanência em seus territórios e a forte interferência de uma empresa multinacional que impõe uma forma de utilização da terra baseada na expansão de monocultivo que pode afetar de diversas maneiras as pessoas que vivem no campo.

De acordo Fernandes (2008b), os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são distintos. O agronegócio organiza seu território para a produção de mercadorias enquanto os camponeses o organiza para sua existência. O território do agronegócio pode ser caracterizado como de grande escala, homogêneo em razão da produção de monocultura, tem pouca presença de pessoas e pelo produtivismo para exportação. O território camponês é de pequena escala, tem paisagem heterogênea e, frequentemente é caracterizado pela presença de pessoas e produção diversificada de alimentos. Desse modo,

formam-se distintos territórios dentro de um território, o que Haesbaert (2004) denomina como multiterritorialidade.

Fernandes (2008b), diferencia o primeiro território e o segundo território. O primeiro seria formado pelos espaços de governança em diferentes escalas: nacional, regional, municipal, distrital. O segundo seria formado por diferentes tipos de propriedades particulares. Assim, por exemplo, uma propriedade particular seria uma fração de um município, ou seja, o segundo território seria uma fração do primeiro. O município, por sua vez, é fração do território estadual que é uma fração do nacional e assim por diante. Portanto, há a disputa por território entre o agronegócio e o campesinato, “produzindo o segundo território no interior do primeiro”. Agronegócio e campesinato, embora diferentes estão no mesmo espaço geográfico municipal, que está no espaço estadual e que, por sua vez, está no espaço geográfico nacional, formando uma multiterritorialidade.

Quando um camponês perde a disputa do território para o agronegócio ele pode sofrer uma desterritorialização, ou seja, o produtor rural deixa o local em que vivia e que tinha um sentimento de pertencimento e muda-se para outro local, territorializando-se novamente, ou reterritorializando-se. Segundo Haesbaert (2004), esse seria o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR). Todo indivíduo, grupo ou sociedade está inserido num determinado contexto geográfico ou territorial. A desterritorialização é sempre acompanhada por uma nova territorialização, ou seja, uma reterritorialização.

O conceito de desterritorialização está muito ligado à expropriação e exclusão daqueles que não estão inseridos na lógica de acumulação capitalista, por isso é necessário antes de tudo “distinguir desterritorialização por quem e para quem” (HAESBAERT, 2004, p. 193).

Cada território é uma totalidade diferenciada pelas relações sociais e escalas geográficas. Por exemplo, os territórios de uma nação, de um estado, de um município ou de uma propriedade, possuem uma relação social diversificada e uma escala geográfica diversa, ou seja, cada um possui uma totalidade específica. Essas totalidades são multidimensionais, ou seja, contempla as dimensões política, social, cultural, econômica, ambiental etc. Alguns projetos, sobretudo, de órgãos governamentais e agência multilaterais desconsideram propositalmente a multidimensionalidade e multiescalaridade do território e o conceito passa a ser utilizado de modo a atender aos interesses de determinadas instituições. A razão de tal desconsideração é que o reconhecimento da multidimensionalidade do território poderia implicar na “socialização das tomadas de decisão” e a multiescalaridade no reconhecimento dos “territórios das diferentes classes sociais”. Assim, “o conceito de território é usado como instrumento de controle social para subordinar comunidades rurais aos modelos de

desenvolvimento apresentados pelas transnacionais do agronegócio” (FERNANDES, 2008b, p.279)

Quando o território é concebido como uno, ou seja, apenas como espaço de governança e se ignora os diferentes territórios que existem no interior do espaço de governança, temos então uma concepção reducionista de território, um conceito de território que serve mais como instrumento de dominação por meio das políticas neoliberais. Nesta condição, uma determinada região é escolhida para a aplicação de políticas de desenvolvimento, em grande parte, a partir dos interesses do capital. Evidentemente que pelo fato das comunidades camponesas terem menor poder político, terão pouco poder de decisão na determinação das políticas [...] Temos uma disputa territorial entre capital e camponesino. As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, nas quais se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento. Territórios camponeses e territórios capitalistas como diferentes formas de propriedades privadas disputam o território nacional. (FERNANDES, 2008b, p.280)

A territorialidade é a concepção cultural ou simbólico-cultural relacionada a um caráter mais subjetivo, em que o território é visto como produto da apropriação simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. Para os camponeses, a propriedade é um importante elemento de seu modo de vida específico representando sua territorialidade. A territorialidade é produtora de identidade, pois os indivíduos que compartilham o mesmo território tendem a ser vistos como iguais por se sujeitarem ao mesmo tipo de controle interno e pela relação de diferença que se estabelece entre esses indivíduos e os que se encontram fora dos limites do território. “O território provoca sentimentos, medo para quem dele é excluído, satisfação para aqueles que dele usufruem ou com o qual se identificam” (HAESBAERT, 2004, p.44).

Diferentes territorialidades são cristalizadas e de acordo com interesses predominantes (econômicos, políticos, culturais) que dão certa forma e conteúdo ao território. “A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola etc., resultado e determinante do processo de produção de cada território, de cada lugar.” (SAQUET, 2013, p.129).

Fernandes (2005), relaciona o território aos movimentos sociais afirmando a existência de movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Os movimentos sociais fazem parte de uma perspectiva sociológica enquanto os movimentos socioespaciais e socioterritoriais se incluem numa perspectiva geográfica. Para alguns movimentos os territórios são trunfos (RAFFESTIN, 1993), ou seja, razão de sua existência, por isso são denominados movimentos socioterritoriais. Todos os movimentos produzem algum tipo de

espaço, mas nem todos tem o território como trunfo. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é socioterritorial, pois reivindica um território e utiliza como instrumento de luta acampamentos que são a materialização de seu território imaterial (ideias e concepções). Existem acampamentos espalhados por diversas partes do território nacional, uns conectados aos outros por redes. Por outro lado, as organizações não governamentais são exemplo de movimento socioespacial, pois realizam diversos tipos de lutas, mas geralmente não reivindicam um território.

Esses movimentos são caracterizados por: expansão, fluxo, refluxo, criação e destruição. O refluxo e a destruição são representativos da desterritorialização, a expansão, o fluxo e a criação são elementos de territorialização. A territorialização é resultado da expansão do território e a territorialidade é a manifestação dos movimentos das relações sociais que mantém seus territórios. Alguns movimentos transformam espaços em territórios, também passam pelo processo TDR e constituem suas territorialidades (identidades territoriais). A transformação do espaço em território ocorre pela conflitualidade, ou seja, pelo enfrentamento entre forças políticas que criam, conquistam e controlam seus territórios (FERNANDES, 2005).

Existem movimentos socioterritoriais isolados, isso não significa que não possuem contato com outras instituições, mas que atuam em um espaço geográfico restrito. E existem movimentos socioterritoriais territorializados, são aqueles que atuam em diversos pontos e possuem uma rede de relações com estratégias políticas que promovem a sua territorialização (é o caso do MST). Todos os movimentos territorializados começam como movimentos isolados e ao se territorializarem rompem com a escala local e organizam-se em redes e ampliam suas ações no espaço. No campo e na floresta, os movimentos socioterritoriais são predominantemente camponeses, camponeses-indígenas e indígenas em luta pela terra e seus territórios. Na cidade os sem-teto são um exemplo de movimento socioterritorial. Esses movimentos enfrentam contra-espacos que são barreiras espaciais para impedir sua espacialização e territorialização como, por exemplo, por meio de ações do Estado e seus órgãos repressores. Os conflitos são fatos presentes nas ações dos movimentos socioterritoriais, muitas vezes, os sujeitos que lutam são vistos como baderneiros porque adentraram a espaços-territórios de onde são excluídos e sua presença não é aceita em razão do controle social (FERNANDES, 2005).

Os territórios dos países são disputados pelas empresas multinacionais que controlam imensas áreas do primeiro e do segundo território. “Os movimentos camponeses e indígenas têm resistido a esse processo, disputando territórios com as empresas capitalistas”. As políticas neoliberais e seus ajustes estruturais provocaram a minimização do Estado e

maximização do capital na tomada de decisões sobre as políticas de desenvolvimento e, consequentemente, dos territórios. Especialmente no campo as políticas de desenvolvimento visam beneficiar os interesses das empresas nacionais e multinacionais contando com o apoio político e econômico do Estado (FERNANDES 2008b, p.285).

Esta realidade tem gerado e intensificado as desigualdades sociais, por meio da exclusão, expropriação territorial e controle social da maior parte da população rural, com a precarização das relações de trabalho, desemprego estrutural e destruição dos territórios camponeses e indígenas (FERNANDES 2008b, p.287).

Os modelos de desenvolvimento territorial deveriam ser tão diversos quanto são os territórios, porém existe uma tendência de se pensar o desenvolvimento como se a agricultura camponesa ou familiar fosse parte do agronegócio. O conceito de território é estratégico para se pensar em modelos que respeitem a diversidade, mas se utilizado de forma incorreta pode justificar a dominação e expropriação de parte da população. Portanto, uma das contribuições da geografia à questão agrária é colocar em discussão as múltiplas dimensões e escalas do território, colocando em evidência os territórios dos movimentos de luta pela terra a partir de conceitos como movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

CAPÍTULO 2: AGRONEGÓCIO SUCROALCOOLEIRO

2.1. Soberania Alimentar e Biocombustíveis

O Brasil tem uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo, cujo índice de Gini é de 0,856 – esse índice é medido no intervalo entre 0 e 1, quanto mais próximo do 1 maior é a concentração – (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010) e grande parte das terras está nas mãos das corporações nacionais e multinacionais. Essas empresas ficam com a maior parte dos recursos voltados a agricultura, monopolizam o mercado, produzem predominantemente commodities, comandam a produção das tecnologias destinadas a agropecuária, dominam o planejamento da agricultura e subjugam os camponeses responsáveis pela maior parte da produção de alimentos (FERNANDES, 2014).

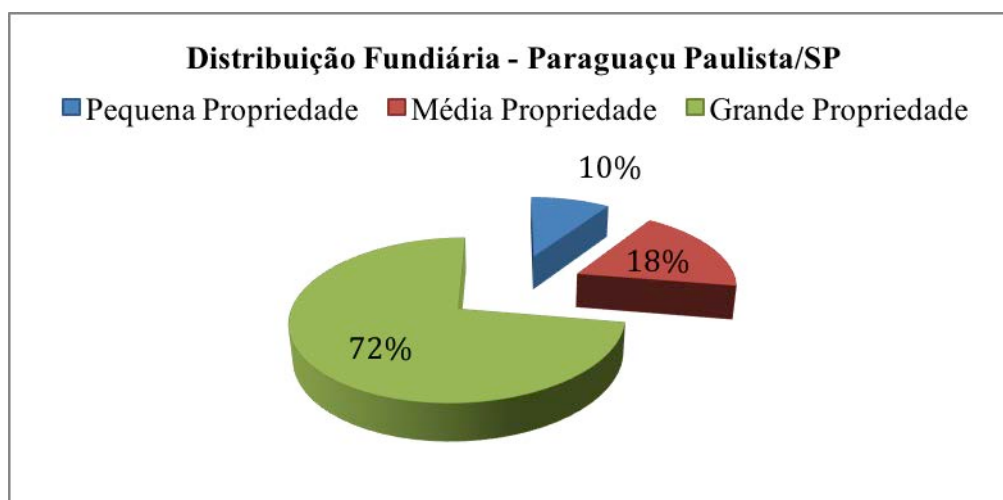
Podemos observar uma forte concentração fundiária no Brasil em que menos de 5% dos estabelecimentos rurais, ou seja, aqueles com mais de 200 hectares (ha), ocupam uma área de 229.906.958 ha enquanto 90% dos estabelecimentos tem que dividir uma área de 100.034.438 ha (TABELA 01). Com relação a distribuição fundiária do município de Paraguaçu Paulista, de acordo os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 16,7% das propriedades ocupam 27.546,87 ha, 22,2% das propriedades ocupam 6.903,24 ha e 61,1% ocupam apenas 3.594,84 ha, ou seja, 27 propriedades ocupam 72,4% da área agricultável sendo caracterizadas como grandes propriedades (acima de 300 ha), existem 36 médias propriedades (de 81 a 300 ha) que ocupam 18,1% da área e 99 pequenas propriedades (até 80 ha) que precisam dividir 9,4% da área rural (GRÁFICO 2).

Tabela 1 Distribuição Fundiária - Brasil – 2006

Grupo de área total (ha)	Total de estabelecimentos	Área total (ha)	Total de estabelecimentos (%)	Área total (%)
Maior de 0 a menos de 10	2.477.071	7.798.608	47,87	2,363
De 10 a menos de 50	1.580.703	36.410.312	30,55	11,036
De 50 a menos de 100	390.874	26.482.780	7,55	8,027
De 100 a menos de 200	220.255	29.342.738	4,26	8,893
De 200 a menos de 500	150.859	46.395.555	2,91	14,062
De 500 a menos de 1000	53.792	36.958.185	1,04	11,201
De 1000 a menos de 2500	31.899	48.072.546	0,62	14,57
De 2500 e mais	15.012	98.480.672	0,29	29,848
Produtor sem área	255.024		4,93	
Total	5.175.489	329.941.396	100	100

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE, 2006. Org.: Machado, 2015.

Gráfico 2 Distribuição fundiária de Paraguaçu Paulista - SP – 2015



Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Sistema de Certificação de Imóveis Rurais. Acesso em 01 set. 2015.

No Brasil, os estabelecimentos até 200 hectares geram 87% dos empregos temporários agrícolas, mostrando que as grandes propriedades são ineficientes nesse quesito (TABELA 2). Os alimentos básicos consumidos pelos brasileiros são produzidos, principalmente, pelas propriedades até 200 hectares, apesar de ocupar uma área muito inferior do que as grandes

propriedades, produzem, por exemplo, 60% do trigo em grão, 43,2% do arroz em casca e 88% do feijão-preto (TABELA 2).

Tabela 2 Número de empregados temporários e Produção alimentos básicos por grupos de área em ha - Brasil - 2006

Grupo de área total (ha)	Até 200 ha	%	Maior de 200 ha	%
Número de empregados temporários	737.219	87,60%	90.046	10,70%
Produção de Arroz em casca (toneladas)	4.084.994	43,20%	5.302.890	56,13%
Produção de trigo em grão (toneladas)	1.371.673	60%	885.926	40%
Produção de feijão-preto (toneladas)	612.234	88,80%	76.641	11,20%

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE, 2006. Org.: Machado, 2015.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o município de Paraguaçu Paulista produziu 4.268.537 de toneladas de cana-de-açúcar, no mesmo ano foi contabilizada uma produção de 6.531 toneladas de mandioca, 1.971 toneladas de milho, 2.697 toneladas de soja, 99 toneladas de café arábica em grão verde e a produção de 242 toneladas de banana. Percebe-se que a produção de cana-de-açúcar no município é muito maior do que a de alimentos, um exemplo claro de risco da soberania alimentar. No ano de 2013, o município foi um dos vinte maiores produtores de cana de açúcar do Brasil (IBGE, 2013).

Segundo Raffestin (1993), os recursos, matérias encontradas na natureza que são transformadas pelo ser humano para seu uso, são importantes fontes de poder. Atualmente, estratégias estão sendo postas em prática com o objetivo ter o controle dos recursos renováveis essenciais, tais como os cereais. O solo cultivável estará no centro de muitos conflitos. Há muito que os EUA perceberam essa tendência e buscam constituir uma supremacia fundada nos recursos renováveis essenciais.

A estratégia dos produtos alimentares é muito antiga, mas os países industrializados que a tinham negligenciado a redescobriram. [...] É o porquê de se poder pensar que as questões relativas à agricultura vão ficar de novo no centro das preocupações políticas, na qualidade de instrumentos de poder (RAFFESTIN, 1993, p.231).

Segundo Marques (2008), houve uma mudança no padrão de relação entre países centrais e periféricos em que, atualmente, são os Estados Unidos e Europa que dominam a exportação de produtos agrícolas. A Europa continua importando alimentos em grande quantidade, mas se restringe a produtos específicos, sobretudo, produtos tropicais. Os países centrais desenvolvem um modelo de agricultura altamente produtivista com emprego de técnicas avançadas e um elevado custo de produção que é amplamente subsidiado pelo Estado. Desse modo, em razão dos altos subsídios que recebem do Estado esses produtos são vendidos por preços mais baixos no mercado mundial, o que é chamado de *dumping*. Isso afeta a economia dos países periféricos que dependem do setor agrícola.

Os países centrais já perceberam a importância da soberania alimentar, o Brasil necessita se voltar às necessidades internas de alimentos ao invés de produzir *commodities* e biocombustíveis para exportação. “Se for possível assegurar a auto-suficiência ou ao menos diminuir a dependência em matéria de cereais, é preciso fazê-lo em prioridade, senão a perigo de ser dominado e controlado pelos países produtores é grande” (RAFFESTIN, 1993, p.255).

O etanol é um dos tipos básicos de bioenergia, há ainda o biodiesel e o biogás. A bioenergia é produzida a partir da biomassa, uma matéria orgânica renovável. A geração de bioenergia pode ser por meio de plantas, bactérias, animais, algas e dejetos. Governos, empresários, ONGs efetuam inúmeras conferências e seminários sobre “o poder verde”, “os mercados de carbono” ou “os renováveis”. Por outro lado, existe uma preocupação com uma possível substituição das culturas alimentares pela de biomassa destinada à produção de combustíveis nos países não desenvolvidos para exportar para os países centrais aprofundando as desigualdades entre eles e reduzindo o consumo de alimentos nos países pobres. Vale ressaltar que os EUA usam em torno de 25% da oferta mundial de petróleo e possuem menos de 4% das reservas mundiais e tem menos de 5% da população mundial (TERÁN, 2008, p.340).

Nem os Estados Unidos e nem a Europa possuem terras cultiváveis suficientes para satisfazer a demanda de biocombustíveis, portanto, a ideia é que esses cultivos se localizem em regiões tropicais e subtropicais de países não desenvolvidos que possuem condições mais ideais para os cultivos de cana e árvores de palmas (matérias-primas eficientes para produção de biocombustíveis) e, além disso, esses países possuem custos baixos de força de trabalho. Deve-se levar em consideração que desta forma, exteriorizando a produção de biocombustíveis, tais países desenvolvidos não comprometem sua capacidade de produção de alimentos.

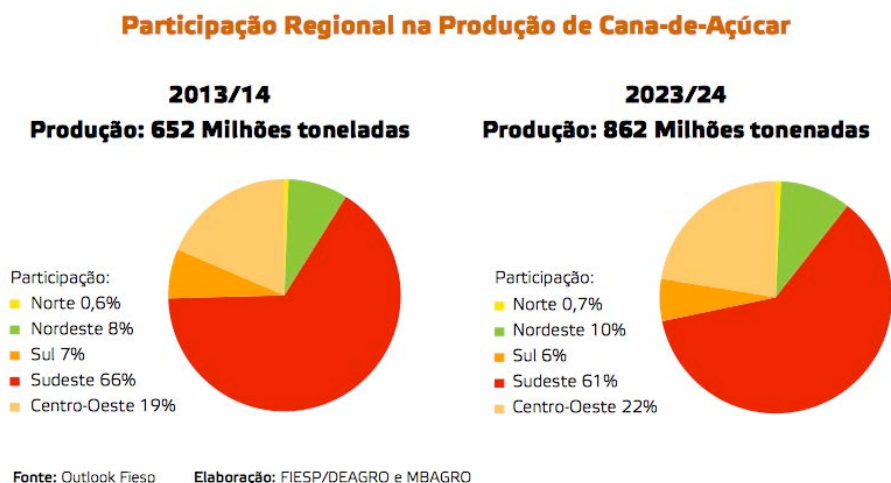
Os combustíveis e a energia são essenciais para o desenvolvimento do capitalismo que necessita manter em funcionamento a circulação de mercadorias, pessoas, telecomunicações etc. Quanto maior a capacidade produtiva e de comercialização, maior a demanda de energia para movimentar todo esse sistema. A maior fonte (finita e não renovável) dessa energia é o petróleo e seus derivados. A estratégia dos países de capitalismo avançado é aumentar a exploração nos países periféricos dos trabalhadores e das riquezas naturais, com destaque a apropriação da água e da biodiversidade. “A crise energética ameaça de morte o sistema capitalista” (TRIERVEILER, p.361)

Os EUA podem se apropriar da energia produzida nos países não desenvolvidos utilizando-se do poder que exerce por meio de condicionamentos como pré-requisito para o recebimento de recursos oriundos da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). “Economicamente, a promoção de biocombustíveis equivale a incentivar a produção de monoculturas nos países não desenvolvidos, afetando-se assim a biodiversidade, os meios de subsistência da população rural e a segurança alimentar das nações” (TERÁN, 2008, p.339).

2.2. O Setor Sucroalcooleiro

A produção de cana-de-açúcar no Brasil atingiu recorde em 2013, com 768.090.444 toneladas. A região sudeste é a principal produtora com uma participação de 66% no total (GRÁFICO 3). O estado que mais se destaca é São Paulo, nesse mesmo ano produziu 56,5% do total nacional com 434.079.735 toneladas (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FIESP, 2013).

Gráfico 3 Participação Regional na Produção de Cana-de-Açúcar



Fonte: Federação das Indústrias do estado de São Paulo (FIESP), 2013.

Em escala mundial apenas 7 países concentram 70% da oferta mundial de cana-de-açúcar (Brasil, Índia, a soma da União Europeia, China, Tailândia, EUA e México). O comércio internacional é liderado pelo Brasil e seu maior concorrente é a Tailândia, embora o Brasil esteja bem a frente na quantidade exportada (TABELA 3). Nota-se na tabela que o Brasil além de ser o maior produtor mundial de açúcar, é o único país que exporta quase tudo o que produz, enquanto Índia, Estados Unidos e China consomem internamente quase a totalidade da produção. Os principais importadores são a União Europeia, Indonésia, EUA, China, Malásia, Bangladesh, Emirados Árabes, Argélia, Coreia do Sul, Arábia Saudita, Nigéria, Iraque, Irã, Japão, Canadá, Egito e Rússia (maior importador do Brasil⁵), que somados representam 61% das compras. No período de 2011-2012 houve expansão das fronteiras canavieiras, destacando-se Goiás com crescimento de área de 17,5%, Mato Grosso do Sul 9,3%, São Paulo 8% e Minas Gerais 3,9% (SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO, 2013).

⁵ A pauta de exportações do Brasil para a Rússia é historicamente determinada por produtos agrícolas, principalmente, carne bovina, carne suína e açúcar de cana. Ambos os países fazem parte dos BRICS (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o comércio entre esses países é baseado em vantagens comparativas em razão das diferenças de especialização, Brasil, Índia e África do Sul são fornecedores de matérias primas e bens intermediários, a China fornece bens de capital e a Rússia bens de capital e equipamentos de transporte. BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. **O comércio entre os BRICS e suas oportunidades de crescimento**. Abr. 2011. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/visao/Visao_93.pdf> . Acesso 25 set. 2015.

Tabela 3 Comércio Mundial de Açúcar e Estimativa de Estoque, em 2012/Novembro

INDICADOR	PRODUÇÃO (t)	AUTO CONSUMO (t)	EXPORTAÇÃO (t)	IMPORTAÇÃO (t)	ESTOQUE (t)
1.BRASIL	37 500 000	11 700 000	23 978 895	-	1 821 105
2.ÍNDIA	27 200 000	25 000 000	2 200 000	-	-
3.EU	16 390 000	18 000 000	1 500 000	3 850 000	740 000
4.CHINA	14 580 000	15 300 000	-	2 000 000	1 280 000
5.TAILÂNDIA	9 930 000	2 430 000	7 500 000	-	3 058 000

FONTE: SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 2013.

A Localização das Usinas de açúcar e bioetanol no Brasil está concentrada, principalmente, na zona da mata nordestina e no estado de São Paulo na região sudeste (FIGURA 4). O nordeste historicamente foi um produtor de açúcar desde os tempos do Brasil colônia e o estado de São Paulo passou a concentrar a produção em razão de um conjunto de fatores, tais como, a crise do café nos anos 1960-1970 que estimulou a substituição de cafezais por canaviais no oeste paulista, a crescente tecnologia utilizada na produção, a demanda internacional, o incentivo estatal nessa atividade econômica com maciços subsídios e a rearticulação do modelo produtivo baseado no neoliberalismo a partir da década de 1990. Em São Paulo, os dez maiores grupos/famílias (a grande maioria das empresas possuem forte conteúdo familiar) da agroindústria canavieira representam cerca de 52% do total de açúcar produzido, dentre essas famílias destaca-se a Ometto (Luiz, João, Pedro e Hermínio Ometto), que possuem diversas usinas e controlam o Grupo Cosan/BJ (THOMAZ JÚNIOR, 2002).

FIGURA 3 Localização das Usinas de Açúcar e Bioetanol no Brasil

FONTE: Nova Cana, 2014.

Um exemplo de incentivo estatal no setor foi o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) de 1975 que, de acordo com Thomaz Júnior (2002), tinha o objetivo de produzir uma alternativa energética ao petróleo, num período em que os preços deste estavam em ascensão e as cotações do açúcar em queda. O Proálcool foi acompanhado por discursos ufanistas tanto pelos empresários como pelo governo federal, visto como uma forma de desenvolvimento sustentável para o país, por ser um recurso energético renovável e menos poluidor do que outros combustíveis líquidos. Por meio do Programa, empresários conseguiram altas somas de dinheiro público, com longos prazos para pagamento e períodos de carência. É importante ressaltar que a cana-de-açúcar desfrutava da política de crédito subsidiado desde 1965, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que forneceu as bases para a modernização da agricultura de forma seletiva e voltada para os grandes proprietários de terra.

Com a queda drástica no preço do açúcar, o álcool se tornou a melhor alternativa aos empresários, “alternativa econômica, política, tecnológica, com mercado cativo e lastreada por elevadas quantias de investimentos estatais”. Além disso, o Proálcool aliou os interesses do setor automobilístico (apresentando o álcool como alternativa a gasolina), aos do capital agroindustrial sucroalcooleiro, beneficiando indústrias multinacionais, montadoras de automóveis, fábrica de tratores, implementos agrícolas etc. Assim, podemos concluir que o

Programa representou uma solução aos empresários, principalmente paulistas, para recuperarem o padrão de acumulação de capital num período de crise do açúcar (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 91).

Após o segundo choque do petróleo em 1979 o governo elegeu o álcool hidratado como combustível para consumo direto (até então era utilizado álcool anidro misturado à gasolina, em uma proporção de 20% de anidro para cada litro de álcool). O governo ainda estimulou o consumo de veículos a álcool por meio de incentivos fiscais e diminuição de impostos. Na década de 1990, o álcool passou a não ser suficiente para o abastecimento interno, apesar de todo o investimento estatal realizado. A razão disso foi o aumento da cotação do açúcar no mercado internacional, que influenciou o investimento preferencial na produção de açúcar ao invés do álcool (inversamente ao que ocorreu no período de implantação do Proálcool), ou seja, de acordo com a possibilidade de lucratividade, os empresários dirigem a produção para a produção do álcool ou do açúcar. Os anos 1990 também foram caracterizados por tendências neoliberais como o acirramento das disputas intercapitais e a exigência da saída do Estado do setor. Contudo, as contradições são evidentes, pois o setor também exigiu a liberação de novos recursos públicos, redução de impostos, anistia e renegociação de dívidas junto às entidades estatais. De todo o financiamento realizado no setor do período de 1975 a 1985 apenas 42,5% foram reavidos aos cofres públicos (THOMAZ JÚNIOR, 2002).

De acordo com a Federação das Indústrias do estado de São Paulo (2013), no Brasil, a cana-de-açúcar passou por um forte ciclo de crescimento no início dos anos 2000, com uma aceleração nos investimentos em novas usinas a partir de 2003 em razão do crescimento da demanda de açúcar no mercado internacional motivada pela reforma política da Europa para o produto e pelo aumento no uso do etanol em veículos com motores *Flex Fuel* no país. A perspectiva era de exportar o produto, principalmente, aos Estados Unidos e Europa após o estabelecimento da política de biocombustíveis em 2005. Desse modo, a produção de cana-de-açúcar cresceu, fundamentalmente entre os ciclos 2001/2002 e 2008/2009. Nesse período a safra cresceu 10,6% atingindo 573 milhões de toneladas.

A partir de 2009/2010 até a safra 2012/2013 ocorreu uma interrupção no ritmo de crescimento e a produção passou a variar negativamente em 1% ao ano. Após a crise financeira de 2008, os investimentos no setor pararam, principalmente, pela redução repentina do crédito, resultando em empresas altamente endividadas, esse processo acelerou com o aumento da oferta mundial de açúcar. Além disso, os custos de produção no Brasil aumentaram agravando a situação financeira da maioria das empresas. Desse modo, o setor passou por um forte processo de fusões e aquisições e parte da capacidade produtiva passou

para empresas multinacionais. Esse foi o caso da Raízen que se formou em 2010 pela junção de parte do negócios da Shell e da Cosan (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013).

A produção de açúcar no Brasil passou de 16,5 milhões de toneladas em 2000 para 38,2 milhões em 2013, sendo a região centro-sul a maior responsável pelo crescimento, permitindo ao Brasil se tornar o maior exportador do produto no mercado mundial. Após a criação do carro *Flex Fuel* em 2003 a produção que era voltada ao açúcar passa a dar preferência ao etanol que atingiu 58% de participação em 2008/2009. Após esse período, a baixa rentabilidade do etanol faz a produção voltar-se novamente ao açúcar. A produção do etanol caiu de 27,5 bilhões de litros em 2008/2009 para 23,2 bilhões em 2012/2013, mas comparado ao ano 2000 houve um aumento de 120%. Entre 2000 e 2008, período auge de sua expansão, o crescimento foi de 160% (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013).

2.3. A Expansão dos canaviais em Paraguaçu Paulista

O café foi predominante na região denominada como Divisão Regional Agrícola de Assis (MAPA 01) até 1940, as Matas e Cerradões que eram predominantes até o final do século XIX, cada vez mais perdiam terreno para o café. A cafeicultura foi a responsável pela ocupação agrícola na região, mesmo após a crise a atividade continuou a existir e se manteve relativamente forte. A partir da década de 1930, há a introdução do algodão e da cana-de-açúcar, principalmente, mas também do feijão, do milho e da mandioca. No final da década de 1960 o cultivo de soja e trigo passaram a ser valorizados em detrimento do café, graças à disposição dos proprietários em substituir o café e aos incentivos financeiros governamentais “com o seu *milagre econômico*, para transformar a região na maior produtora de soja (com 90% da produção) e trigo (com 95% da produção) de São Paulo até 1975”. (CARIGNATTO, 2010, p. 55).

Na década de 1970, novamente o governo federal passa a atuar no sentido de mudar o cenário agrícola da região, dessa vez com o incentivo à produção da cana-de-açúcar.

Na década de 1970, após o fracasso do *milagre*, a região fora, novamente, alvo da atuação do governo federal que, por força do Proálcool, influenciou a mudança do processo produtivo. O projeto do álcool fez com que grande

parte das lavouras de soja e trigo fosse substituída por canaviais, mudando a dinâmica do trabalho e das relações entre homem e ambiente, mais uma vez na região de Assis. Enfim, de um local com vegetação natural abundante e grande potencialidade para a agricultura, a região tornou-se uma das maiores produtoras de gêneros agrícolas, com grande concentração de renda e uma das mais devastadas do estado de São Paulo (CARIGNATTO, 2010, p. 59).

O cultivo de cana para a produção de açúcar é praticado na região desde 1944, intensificando-se e modernizando-se ao dar ênfase à produção de álcool (ALMEIDA, 1987).

O município de Paraguaçu Paulista, pertencente a Divisão Regional Agrícola de Assis, destaca-se na produção de cana-de-açúcar, sendo um dos vinte maiores produtores do Brasil, no ano de 2013 produziu 3.760.040 toneladas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2013).

A produção de cana-de-açúcar em Paraguaçu dobrou de quantidade passando de 2.154.612 toneladas em 1995 para 4.268.537 em 2006, nesse mesmo período houve uma expansão na área com cana de 67% (TABELA 4). No ano de 2010 houve uma pequena variação na quantidade produzida e um acréscimo de área de quase 20%. Em 2013 tanto a área como a produção canavieira diminuíram, isso pode ser em razão da crise econômica de 2008 que afetou o setor e levou as empresas a realizar fusões e aquisições (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013). Contudo, comparando o ano de 1995 e 2013, a produção de cana-de-açúcar aumentou 1.605.428 toneladas e expandiu sua área em 51,4%.

Tabela 4 Produção de cana-de-açúcar em Paraguaçu Paulista - SP (1995 - 2013)

1995		2006		2010		2013	
Quantidade (ton.)	Área (hectare)	Quantidade (ton.)	Área (hectare)	Quantidade (ton.)	Área (hectare)	Quantidade (ton.)	Área (hectare)
2.154.612	29.265	4.268.537	48.935	4.805.200	58.600	3.760.040	44.319

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
Censo Agropecuário (1995-2006) / Produção Municipal Agrícola, 2013.
Org.: Machado, 2015.

Podemos comparar o número de pessoas vivendo na área rural em Paraguaçu Paulista em diferentes anos (TABELA 5). Entre 1970 e 2000 houve uma gradativa diminuição da população rural. Esse processo de êxodo rural ocorreu em todo o país em decorrência de uma acelerada urbanização, em um ritmo muito superior ao dos países desenvolvidos. Estima-se

que nesse período saiu do campo para a cidade cerca de 43 milhões de pessoas em todo o Brasil. Entre 2000 e 2010 percebemos um aumento da população rural, isso pode ser uma tendência nacional que revela o declínio da migração rural-urbana (BRITO; PINHO, 2012).

Entre 2000 e 2010 praticamente dobrou a população rural que trabalha como empregado em Paraguaçu Paulista, ou seja, que não trabalha em sua própria terra, quadruplicou a população não remunerada e o pessoal que trabalha por conta própria diminuiu quase 22%. Por outro lado, o número de trabalhadores na produção para o próprio consumo aumentou 68%, de 50 pessoas em 2000 para 84 em 2010 (TABELA 6).

Tabela 5 População Rural de Paraguaçu Paulista - SP (1970 - 2010)

1970	1980	1991	2000	2010
8043	5663	3721	2993	3964

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (1970 – 2010). Org.: Machado, 2015.

Tabela 6 População Rural ocupada em Paraguaçu Paulista - SP (2000 - 2010)

Empregados		Conta própria		Não remunerados		Trabalhadores na produção para o próprio consumo	
2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
531	1.042	307	240	22	110	50	84

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000 – 2010). Org.: Machado, 2015.

A análise dos dados revela que há uma expansão de terras ocupadas pelo monocultivo de cana-de-açúcar no período de 1995 a 2013. Além disso, a população rural tem mostrado uma tendência de crescimento entre os anos 2000 e 2010, porém esse aumento parece não ter sido acompanhado por uma melhora nas condições de trabalho da população que tem que buscar alternativas no trabalho assalariado, além de ter aumentado o número de pessoas que não possuem remuneração e diminuído os trabalhadores por conta própria. Contraditoriamente, a população rural que vive de sua própria produção também aumentou.

Para melhor analisar os dados a respeito das condições de vida da população rural e a expansão do setor sucroalcooleiro do município de Paraguaçu Paulista fomos a campo e entrevistamos alguns moradores da área rural.

CAPÍTULO 3: DA TEORIA À PRÁXIS

3.1. O trabalho de campo em Geografia

Para Suertegaray (2001), o trabalho de campo é um instrumento de análise geográfica que por meio de um método de investigação permite o reconhecimento de determinado objeto.

A pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Neste caso, o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos. Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais agrários ou urbanos. Enfim, movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (SUERTEGARAY, 2001).

De acordo com Fernanda Thomaz (2009) o papel do pesquisador no trabalho de campo é de fundamental importância, pois “é ele quem escolhe, mesmo inconscientemente, o que irá observar com maior ou menor atenção”, isso exige uma reflexão constante sobre a sua postura. Uma das primeiras reflexões que deve-se realizar é que se está pesquisando sujeitos sociais diferentes de si mesmo, no caso, sujeitos rurais, portanto, consideramos importante ter o cuidado de não tentar compreender a realidade do pesquisado a partir somente da lógica do pesquisador. O pesquisador é um estranho nas residências dos pesquisados e, por isso, pode ocorrer de não se sentirem a vontade para responder as perguntas. Outra questão que se coloca é se o pesquisador deve se envolver com os problemas que pesquisa ou deve manter-se neutro. Não acreditamos que exista neutralidade, se não assumimos uma postura de aliados dos pequenos produtores rurais, então estaremos do lado dos que exploram.

A partir dessas reflexões planejamos o trabalho de campo e as entrevistas de modo a deixar os entrevistados a vontade para falar aquilo que é relevante para eles buscando não tentar compreender as suas realidades somente através da ótica do pesquisador. Elaboramos antecipadamente algumas perguntas que consideramos centrais, mas não restringimos a entrevista apenas a elas, tais como: a condição do produtor (proprietário, arrendatário, assentado, parceiro, ocupante, dentre outros), a utilização da terra, há quanto tempo vive na propriedade, se alguém da família trabalha fora, se tem funcionário, quais as principais

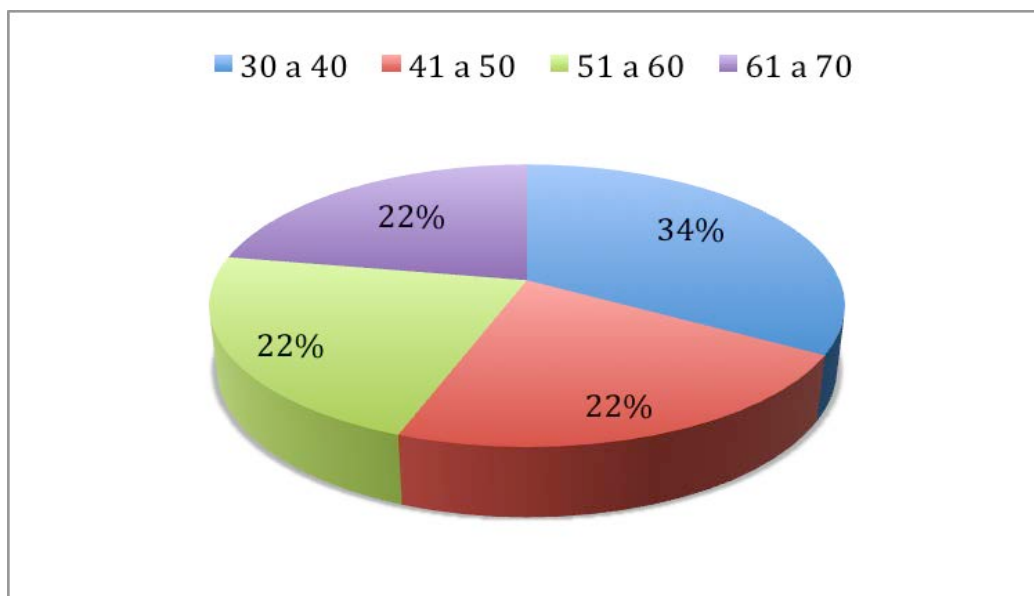
dificuldades na vida rural atualmente, sugestões para melhoria da vida do produtor familiar, como a monocultura de cana tem afetado suas vidas.

3.2. Aplicação de entrevistas na área de estudo

Foram realizadas nove entrevistas, mais da metade dos entrevistados tinham mais de 50 anos (GRÁFICO 5), os filhos adultos, geralmente, vão viver na cidade e apenas o casal fica na propriedade. Os entrevistados entre 30 e 50 anos tinham filhos crianças e/ou adolescentes vivendo na propriedade. Houve dois casos de filhos estudantes em curso superior (pedagogia e direito), fato que mostra que os pais desejam que os filhos estudem e busquem outros caminhos fora do campo. A condição do produtor em relação a terra, segundo o Censo Agropecuário do IBGE (2006), apresenta as seguintes características: 24 unidades agropecuárias cujos produtores são arrendatários, 27 unidades cujos produtores são ocupantes, 4 unidades com a modalidade de parceiros e 608 cujos produtores estão na condição de proprietário. Do total dos entrevistados 56% eram proprietários e 44% não proprietários (GRÁFICO 06).

Com relação a manutenção da família 45% dos entrevistados afirmaram ser proveniente de aposentadoria, 22% são proprietários de terra, mas tiram o sustento no trabalho assalariado fora da propriedade, outros 22% são assalariados rurais sem terra própria trabalhando e morando em propriedade de outrem, 11%, ou seja, um dos casos além de trabalhar e morar em terra de outrem realiza trabalhos como pedreiro na cidade (GRÁFICO 07).

São quatro famílias que sobrevivem de aposentadoria, dentre as quais três são proprietárias da terra e uma vive em terra de outrem sem receber salário e ainda tem que cuidar do gado do proprietário, recebendo em troca o benefício de viver na propriedade, esse é o caso da Sra. Cida que na verdade sobrevive com a ajuda da aposentadoria do cônjuge, pois ela não se aposentou porque sempre trabalhou na roça sem registro. Além disso, o proprietário da terra em que a Sra. Cida vive não permite a produção de gêneros alimentícios que poderia ser um subsídio ao sustento da família, autoriza apenas uma pequena horta e o restante da terra tem que ser destinada a pasto para o gado.

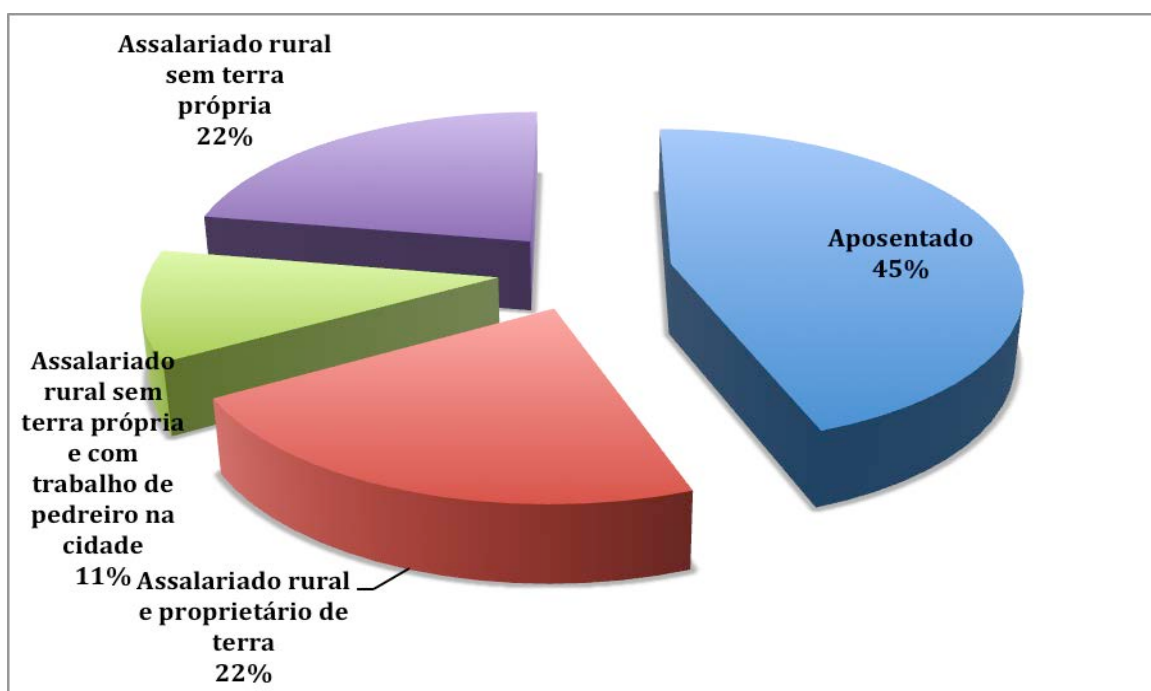
Gráfico 4 Idade dos Entrevistados

Fonte: Entrevistas. Org.: Machado, 2015.

Gráfico 5 Situação do Produtor em relação a terra

Fonte: Entrevistas. Org.: Machado, 2015.

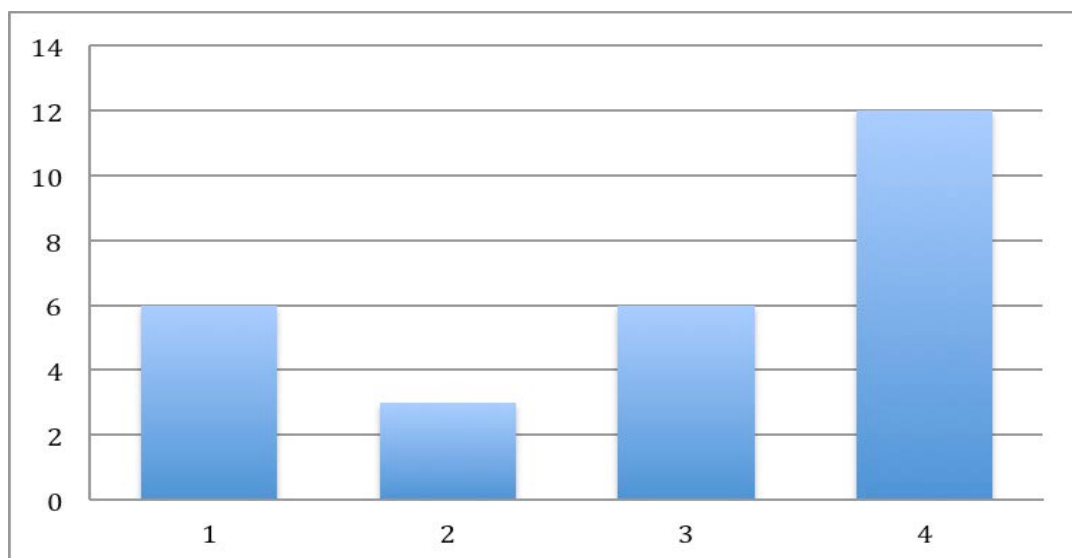
Gráfico 6 Ocupação dos Entrevistados



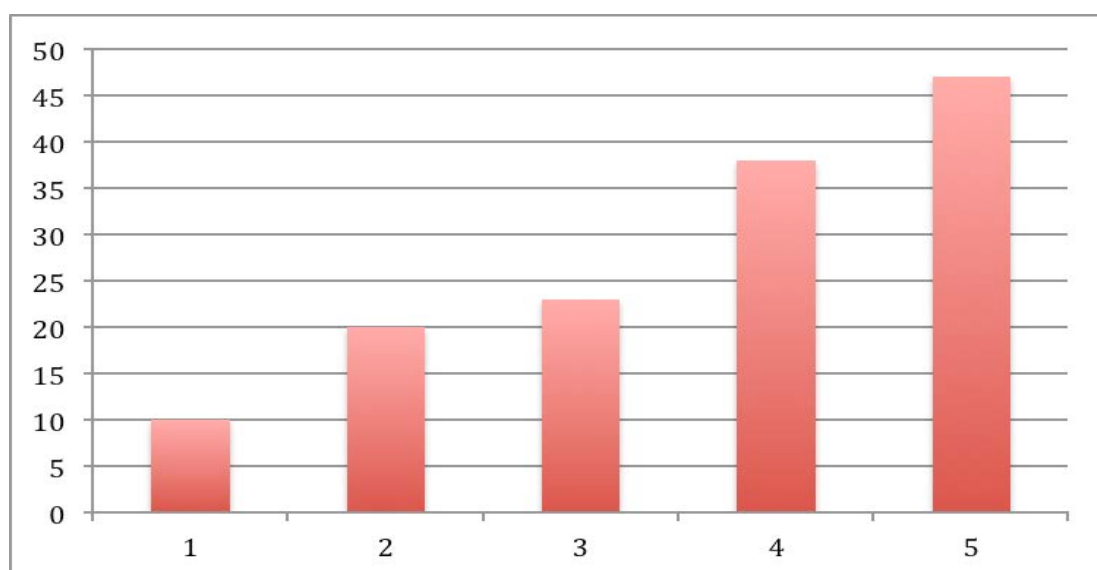
Fonte: Entrevistas. Org.: Machado, 2015.

Os assalariados que vivem em terras de outrem declararam viver a pouco tempo na propriedade (GRÁFICO 08) fato que pode evidenciar a instabilidade vivida por esses trabalhadores rurais, como disse uma das entrevistadas, Elisangela “A gente não tem terra... mora no teto que os outros dá”. Elisangela que sempre trabalhou no campo como assalariada sonha em ter sua própria terra, já tentou empréstimos e financiamentos, mas não consegue em virtude de não ter nenhuma garantia a oferecer. Já os proprietários das terras conseguem se fixar no lugar, alguns estão na mesma propriedade desde que nasceram (GRÁFICO 09).

Como forma de utilização da terra encontramos pequena criação de gado, porcos e galinhas, horta para subsistência, produção de leite e arrendamento de parte da propriedade para as fazendas de cana-de-açúcar e plantação de eucalipto. Mas, a realidade encontrada foi que nenhum dos entrevistados conseguiam viver da terra, alguns tinham fonte de renda na aposentadoria e outros tinham que trabalhar fora da propriedade ou fazer “bicos”. Um dos entrevistados trabalhou a vida toda na usina açucareira e agora é aposentado, dois trabalham em fazendas de cana-de-açúcar, um faz trabalhos como pedreiro na cidade e outro vende espetinhos.

Gráfico 7 Tempo na propriedade (assalariados) em meses

Fonte: Entrevistas. Org.: Machado, 2015.

Gráfico 8 Tempo na propriedade (proprietários) em anos

Fonte: Entrevistas. Org.: Machado, 2015.

Quando questionados se preferiam trabalhar na propriedade ou fora todos revelaram o desejo de poder tirar o sustento da terra, porém ressaltaram que é difícil conseguir porque os custos de produção dos cultivos são muito altos e os preços de mercado dos alimentos são muito baixos, não sendo possível manter a família.

Um dos entrevistados disse que plantou mandioca quando o preço de venda estava alto (150 reais a tonelada), mas na época da colheita houve uma grande oferta do produto que fez

baixar o preço de comercialização (30 reais a tonelada), esse preço já com a mandioca colhida e pronta para entregar. Segundo o Sr. Luiz Pereira o lucro era tão baixo que não compensava. Ele contou sobre um amigo que trabalhou a vida toda na produção de leite e desistiu em razão do preço, cerca de R\$ 0,90 o litro, que também não é suficiente para cobrir os custos da produção e garantir o sustento da família. O Sr. Luiz Pereira acha que deveria ter um preço fixo para a venda para servir de garantia ao produtor, o preço de uma colheita deveria garantir o sustento da família pelo menos até a próxima colheita.

O Sr. Luiz Pereira ainda deu o exemplo do milho, disse que o governo paga “vinte e pouquinho” no saco de 60 kg de milho e vende por meio da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) aos pequenos produtores por vinte e oito reais o saco de 40kg, só que esse milho vendido corresponde apenas as pontas da espiga (cerca de três centímetros de cada ponta), a parte principal do milho é destinado a semente, sendo o custo do saco de semente de 20kg aproximadamente R\$400,00 (ele ressalta que esse valor pode estar desatualizado porque faz tempo que não planta). E diz: “é muito desproporcional, isso desanima a gente, desanima!”.

Outra dificuldade ressaltada pelos entrevistados foi a falta de condições financeiras para a obtenção de maquinários necessários para o trabalho na lavoura. Existem financiamentos, mas os entrevistados declararam ter receio de entrar em dívidas, pois dizem que já viram muitos conhecidos que se endividaram e ficaram em uma situação ainda pior correndo risco de perder o pouco que tinham⁶.

A respeito da expansão da cana-de-açúcar no município foi apontado pelos entrevistados que o lado ruim é que a cana tem tomado conta de tudo, não sobra espaço para as famílias rurais. Além disso, uma das entrevistadas, Sra. Luiza, ressaltou como impacto negativo a utilização demasiada de agrotóxicos nos canaviais que atinge a sua propriedade e contamina o pasto do gado que precisa ficar preso para não ingerir o pasto contaminado e, assim, dona Luiza que tem 63 anos de idade precisa buscar o capim que alimenta o gado longe de sua propriedade juntamente com seu esposo. Foi assim que encontramos o casal no acostamento da rodovia cortando capim para o gado debaixo do sol quente.

Por outro lado, foi quase unânime o apontamento de que a usina de cana-de-açúcar beneficia a região em razão da geração de empregos, pois não há muitas alternativas de emprego em outras áreas como indústria e comércio no município. Contudo, uma das

⁶ Uma das entrevistadas, Sra. Elisangela, assalariada rural, disse que já tentou conseguir financiamento, foi até no banco do povo porque achou que seria mais fácil conseguir, mas em razão de burocracias e falta de garantias já que não possui terra própria, não conseguiu obter financiamento. O esposo e ela vivem e trabalham em uma propriedade em que não são proprietários, são assalariados, mas sonham em ter a sua própria terra, pois sempre trabalharam na área rural.

entrevistadas, Sra. Luiza, destacou que com a utilização de tratores e máquinas o número de pessoas contratadas para o corte de cana diminuiu, reduzindo o número de empregos gerados pela usina. A Sra. Cida e o Sr. Arildo ressaltaram que a usina não contrata pessoas como eles, que não tiveram oportunidade de estudo e estão em idade avançada. Desse modo, percebemos que os empregos gerados na usina são destinados, principalmente, aqueles que possuem um grau de conhecimento técnico, seja voltado a utilização de maquinários ou voltados ao setor administrativo.

Um dos entrevistados, Sr. Paulo, apontou como fator positivo da presença da usina a melhoria na produtividade da terra graças às correções feitas no solo pela usina, e a recuperação de rios assoreados e matas ciliares. Dois assalariados sem terra própria disseram que não são afetados de forma alguma pelo avanço da cana, mas que o patrão sim.

A respeito do trabalho assalariado rural o relato do Sr. Arildo foi muito interessante, ele não possui terra própria, depende da terra de outros para morar e trabalhar. Na propriedade em que vive disse que há muito trabalho e se sente sobrecarregado. O proprietário da terra, que mora em Piracicaba, diz que não tem condições de contratar um ajudante para ele e nem de aumentar seu salário. Dessa maneira, o Sr. Arildo sente-se desmotivado e sobrecarregado, ele acha que o patrão não valoriza seu trabalho e que ganha muito pouco. Quando perguntamos se ele tinha alguma sugestão para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais, ele disse que não tinha nenhuma porque já não tem esperança de que uma mudança possa ocorrer. Essa fala nos mostra o quanto os trabalhadores rurais se sentem abandonados pelo poder público e desanimados em razão da situação em que vivem.

As principais dificuldades apontadas pelos entrevistados a respeito da vida no campo foram: falta de incentivo por parte do governo para produção de lavouras; preço muito baixo para venda dos produtos agrícolas enquanto os insumos necessários para a produção têm preço elevado; falta lugar para morar no campo e na cidade não tem emprego; falta de acesso a terra e ao crédito; falta de estudo e oportunidade de crescimento; falta de reconhecimento do patrão; trabalho excessivo; salário baixo; muita responsabilidade e falta de tempo livre.

Quando perguntado “O que acha que deveria mudar para melhorar a condição de vida dos pequenos produtores rurais?”, as respostas foram: deveria existir algum suporte como, por exemplo, uma cooperativa na região; deveria parar o uso de veneno e máquinas para o povo voltar a trabalhar; necessidade de bons financiamentos; abertura de crédito; acesso a terra; as pessoas que vivem e trabalham em propriedades de outrem deveriam receber salário; os recursos utilizados nas lavouras tinham que ser mais baratos; mais incentivo do governo e um dos entrevistados disse não ter sugestão porque não tem esperança de mudança.

A seguir apresentamos uma breve descrição de cada um dos relatos e para isso resumimos individualmente as entrevistas para que se possa conhecer melhor a riqueza dos detalhes da realidade vivida por cada um dos entrevistados. As entrevistas foram realizadas em diversos pontos dispersos do município de Paraguaçu Paulista e não em um local específico.

Sr. Paulo, 59 anos.

É proprietário de uma propriedade de 20,5 hectares. Nunca cultivou a terra, sempre trabalhou como empregado na usina de cana-de-açúcar até se aposentar. Para ele, “a terra não dá nada”. Cria porcos e galinhas para consumo próprio e, às vezes, comercializa. Atualmente, plantou pés de eucalipto e espera cortá-los em cinco anos.

Tem vontade de aumentar a produção de porcos, mas não tem coragem de se arriscar e perder o pouco que possui obtendo financiamento. Lamenta não ter se arriscado quando era mais jovem. Relata que não é difícil conseguir financiamento, mas tem medo de se endividar.

Vive na propriedade a 10 anos, os filhos foram morar em outras cidades e ficou apenas o casal. A esposa é doente e não recebe aposentadoria porque sempre foi dona de casa e não contribuiu à previdência. A família se mantém com a aposentadoria do Sr. Paulo.

Acha que a usina afeta de forma positiva os moradores da região, pois além de criar empregos, “salvou” a terra que antes não era produtiva, agora é devido as correções realizadas pela usina, além disso, graças as curvas de nível que a usina fez rios assoreados foram recuperados e também plantou árvores em volta do rio.

Acredita que a maior dificuldade para os trabalhadores do campo é a falta de incentivo do governo, deveria ter algum tipo de suporte como, por exemplo, uma cooperativa e a garantia de um salário aos produtores que são dependentes das oscilações de mercado. O Sr. Paulo se culpa também porque acha que está no lugar errado, deveria arriscar ir para outro local com mais oportunidades.

Sra. Luiza, 63 anos.

Trabalha na terra desde os 7 anos de idade. É proprietária de 7 hectares de terra em que cria algumas vacas. Mora na propriedade há 20 anos, atualmente, só com o marido, o filho foi morar na cidade. Ambos trabalham para cuidar da propriedade todos os dias, sem descanso “se descansar o gado não come”, diz.

O casal se mantém com aposentadoria, já tentaram vender leite, mas o preço de mercado não compensa e aponta isso como a maior dificuldade da vida no campo. Diz que o

filho se preocupa que o casal de idosos morem sozinhos na propriedade, mas a Sra. Luiza disse que não quer parar de trabalhar, além disso, se for vender sua pequena propriedade o dinheiro não dará para comprar uma casa na cidade.

Ressalta que a presença da Raízen é importante na geração de empregos, mas aponta como aspecto negativo o uso de agrotóxicos nos canaviais, ela diz que ele é levado pelo vento e contamina o pasto do gado na propriedade de dona Luiza que, por isso, tem que deixar o gado preso e cortar capim de lugares em que não há cana próxima para alimentar o gado, o que causa um desgaste ao casal de idosos. Ressalta que o veneno é tão forte que afeta também sua saúde provocando dificuldades respiratórias.

Segundo ela, o governo faz tudo errado “proibiram o fogo, mas não proibiram o veneno”. Reclama que até mesmo as árvores frutíferas que haviam em sua propriedade não resistiram aos agrotóxicos “hoje em dia não tem nem um pé de manga pra gente chupar”, diz. E ainda relata que acabam tendo que gastar dinheiro comprando calcário para corrigir a terra por causa do agrotóxico.

Desse modo, percebemos as inúmeras dificuldades vivenciadas pelos pequenos produtores rurais que são obrigados a dividir seu espaço com uma grande empresa que não está preocupada com o bem-estar das pessoas que já viviam ali antes mesmo da usina chegar. Esse relato revela a gravidade dos problemas enfrentados por essas pessoas e como eles acabam sendo expulsos indiretamente do campo, pois a terra é barateada o que facilita a posterior aquisição pela usina

A dona Luiza destaca que conhece muitas pessoas que tiveram que deixar suas terras e ir para cidade em razão das dificuldades da vida no campo. Ressalta que hoje em dia, com a utilização das máquinas, não tem emprego para as pessoas no corte de cana. Ela acha que para melhorar a vida no campo tinha que “voltar a viver igual antigamente, sem veneno e sem máquina para o povo trabalhar”.

Sr. Luiz Pereira, 67 anos.

É proprietário de 8 hectares, vive na propriedade há 23 anos. Atualmente, vive com a esposa e uma filha que trabalha como merendeira em uma escola e acabou de se formar em pedagogia. Os outros filhos vivem e trabalham na cidade. Além do salário da filha, a família conta com a aposentadoria e venda de espetinhos em uma feira noturna que existe na cidade e enfrente ao açougue de um dos filhos.

Plantam apenas horta para o próprio consumo. Há um tempo atrás plantou mandioca quando o preço de venda estava alto, mas na época da colheita o preço diminuiu de maneira que passou a não compensar produzir, então ele desistiu.

Ele se diz desanimado para produzir em razão dos preços baixos da venda dos produtos agrícolas e os preços muito altos dos insumos necessários, até mesmo aqueles vendidos por intermédio da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) como, por exemplo, a semente do milho que custa cerca de 400 reais o saco de 20kg. Aponta esse como o principal problema enfrentado pelos pequenos produtores rurais.

Ressaltou que um amigo que sempre trabalhou na produção de leite também desistiu dos negócios em razão do preço, cerca de R\$0,90 por litro, e o elevado custo da produção.

Para ele, os preços das vendas dos produtos agrícolas deveriam ser suficientes, no mínimo, para cobrir os custos e sustentar a família até a próxima colheita e venda. Por isso, ele acredita que deveria existir um preço fixo para os produtos agrícolas que garantisse o mínimo de segurança aos produtores.

Além disso, aponta as contas básicas de água e energia elétrica como uma grande despesa para a família.

Com relação a usina canavieira, acredita ser de fundamental importância sua presença no município por ser a principal geradora de empregos.

Sra. Cida, 60 anos.

Não possui terra própria, sempre morou e trabalhou em terras de outras pessoas. Vive a seis meses em uma chácara de 53 hectares com seu marido. Não recebe um salário para cuidar da chácara e o proprietário não autoriza o cultivo de culturas alimentares que poderiam ser utilizadas no sustento da família, só permite uma horta em um pequeno pedaço de terra, o restante é tudo para o pasto do gado.

A família sobrevive com a aposentadoria do cônjuge da Sra. Cida, ela mesma não possui aposentadoria porque sempre trabalhou na roça sem registro.

Trabalham na propriedade todos os dias, o dia todo. Em uma outra casa da propriedade mora um filho que está desempregado, ela ressalta que está muito difícil de conseguir emprego.

Para ela, a cana-de-açúcar tirou várias famílias da área rural que arrendaram a terra para a usina, diz que “hoje em dia tudo é cana”. Diz que a usina não contrata para trabalhar pessoas sem estudo e de idade, como ela que sempre trabalhou na roça.

Acha que a principal dificuldade hoje é que não tem mais lugar para morar no campo e na cidade não tem emprego. Ela diz que a aposentadoria é pouco e eles vivem com dificuldades, reclama do preço alto que pagam na energia elétrica que consome boa parte da aposentadoria. Além disso, o marido é doente e tem gastos com medicamentos. Ela acha que para melhorar a vida de sua família o proprietário da terra deveria lhes pagar um salário.

Sra. Érika, 30 anos.

Não possui terra própria, mora em uma propriedade há apenas 3 meses com o marido e um filho pequeno. O esposo trabalha na cidade como pedreiro e cuida do gado do proprietário da terra. O casal não possui um histórico de trabalho na terra, mas ressalta que a decisão de morar no campo foi para não pagar aluguel na cidade.

Esse relato é interessante porque mostra que novas pessoas tem começado a viver no campo com a esperança de conseguir uma qualidade de vida melhor do que na cidade.

Sra. Elisangela, 30 anos.

É assalariada rural sem terra própria, vive há 1 ano em uma propriedade de 38 hectares com o marido e 4 filhos. Trabalham na produção de leite, o casal recebe um salário cada um.

Para Elisangela ter uma terra própria para trabalhar é um sonho, sempre viveu na área rural, mas como assalariada. Já tentou fazer financiamento para comprar a terra própria, inclusive no banco do povo que parecia ser mais fácil, porém encontrou muita burocracia e não conseguiu, principalmente, porque não tem garantias para oferecer já que não possui uma propriedade. “A gente não tem terra...mora no teto que os outros dá”, diz.

Ela não pensa em viver na cidade porque acha que o custo de vida é muito mais alto (tem que pagar aluguel, água, luz). Para ela a presença da Raízen e a expansão da cana não afeta em nada sua vida. O casal trabalha todos os dias e não tem horário certo para o trabalho.

Sr. Arildo, 50 anos.

É assalariado rural sem terra própria, vive com a esposa há 6 meses em uma propriedade de 159 hectares, cuida do gado e da produção de leite. Sempre trabalhou no campo como assalariado.

Queixa-se da falta de reconhecimento do proprietário da terra que paga um salário que ele considera muito baixo. O proprietário diz que não pode pagar mais porque não tem renda. Além disso, tem muito trabalho na propriedade, ele precisaria de um ajudante, mas o proprietário (que mora em Piracicaba) não quer contratar.

Para ele a expansão da cana na região não o afeta, mas afeta o dono da propriedade. Em frente a propriedade começa uma grande extensão de terras ocupadas pela cultura, o Sr. Arildo disse que muitos acabam arrendando para a usina canavieira.

Aponta que as maiores dificuldades na vida rural são: a falta de acesso a terra, falta de estudo e oportunidade de crescimento, a falta de reconhecimento do patrão, trabalho excessivo, salário baixo, muita responsabilidade e falta de tempo livre.

Relata também que é difícil conseguir emprego na usina em razão da idade. Arildo não tem esperança de mudança da situação das famílias que vivem no campo.

Valmir, 38 anos.

É proprietário de 33 hectares onde vive com a esposa e três filhos e trabalha fora da propriedade. Nasceu e passou a vida toda na propriedade, ressalta que a presença da cana-de-açúcar afeta em tudo a vida das famílias rurais da região. Nos últimos dez anos muitos vizinhos acabaram arrendando a terra para a cana.

Ele mesmo arrenda uma parte de sua propriedade para a produção de cana-de-açúcar e outra parte cria gado leiteiro. Diz que o arrendamento não dá muito dinheiro, mas é melhor do que deixar a terra improdutiva já que os custos da lavoura são muito altos.

O leite que produz também não vende mais porque o preço está muito baixo, apenas produz queijo para o consumo familiar e para vender para conhecidos. Valmir não teve outra alternativa senão trabalhar como assalariado em uma fazenda canavieira.

Com relação aos filhos, diz que eles vão escolher seu futuro, se ficarão na terra ou se irão para a cidade. Ele tem vontade de trabalhar na sua própria terra, mas as condições atuais estão muito difíceis, obrigando-o a buscar outras alternativas, como o trabalho assalariado e arrendamento da terra. Ele observa que as condições de financiamento deveriam ser melhores para o pequeno produtor rural, pois as considera muito burocráticas.

Valdenir, 47 anos.

É proprietário de 41 hectares em que vive com a esposa e cinco filhos. Valdenir também nasceu e passou a vida inteira na propriedade. Há 12 anos trabalha como assalariado em uma fazenda canavieira e sua esposa é empregada doméstica.

A sua terra parte é arrendada para cana e outra parte é pasto. O pai de Valdenir sempre cultivou a terra e ele também cultivava antes de trabalhar fora de sua propriedade. Teve que desistir do cultivo em razão dos altos custos para o plantio e dos insumos e também em razão dos preços baixos de mercado dos produtos agrícolas.

Ele acha que seria melhor trabalhar na própria terra, mas não quer correr o risco de perder tudo, como ele já viu acontecer com muitos produtores que fizeram financiamento e colocam a terra como garantia.

“Na região é difícil tocar lavoura”, diz. Lembra de alguns produtores da região que tem lavoura, mas diz que dá para contar nos dedos.

Acredita que a presença da Raízen é importante porque é a principal geradora de empregos da região.

O Sr. Valdenir quer investir na educação dos filhos, o mais velho cursa faculdade de direito, desse modo, não possui uma perspectiva que seus filhos continuem vivendo no campo.

3.3. As entrevistas sob a luz das teorias da Questão Agrária

De acordo com Teodor Shanin (2008), os camponeses possuem habilidades para se ajustar a novas condições sendo flexíveis para se adaptar a novas formas de ganhar a vida, podendo, às vezes, manter-se por meio da combinação de trabalho camponês e trabalho não camponês.

Considerando-se o que foi dito até aqui, podemos chegar a uma dupla conclusão. Primeiramente, que a vida e existência camponesa é sob um grau considerável definida por não-camponeses, pelo governo e decisões governamentais, pelo movimento de fronteiras, pela mudança da natureza de regimes políticos etc. Ao mesmo tempo, podemos concluir que a resposta do campesinato às situações de crise nas quais eles são submetidos é sobretudo complexa e eles não ficam esperando que alguém traga a solução. As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. Camponeses têm provado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não há uma forma simplista para descrever isso (SHANIN, 2008, p.25).

Na área de estudo pudemos constatar a flexibilidades dos campesinos na busca da manutenção familiar: combinação de trabalho camponês e não-camponês, trabalho

assalariado, outras fontes de renda como aposentadorias e “bicos”. Uma multiplicidade de soluções para o problema de como manter a família. Essa pode ser uma das chaves para se compreender as razões da capacidade camponesa de sobrevivência: “a família pode empregar sua mão-de-obra de diferentes maneiras e, agregando os resultados de seu trabalho, manter-se reunida e proteger-se de maiores danos” (SHANIN, 2008, p.29).

De acordo com Teubal (2008), a difusão crescente do trabalho assalariado, a precariedade do emprego rural, a expulsão de pequenos e médios produtores do campo, as migrações campo-cidade etc., são consequências da concentração do sistema agroalimentício nas mãos de grandes empresas multinacionais que proporcionou uma crescente exclusão social dos camponeses.

Para Abramovay (2007) o conceito de campesinato não é adequado, pois nos países capitalistas avançados as propriedades familiares se caracterizam como empreendimentos agrícolas empresariais. Ele defende a tese de que “a racionalidade *econômica* do campesinato é *incompleta* porque seu ambiente social permite que outros critérios de relações humanas (que não os econômicos) sejam organizadores da vida”. Assim, os camponeses seriam membros de uma cultura parcial (ABRAMOVAY, 2007, p.111, grifo do autor).

Parcialidade, no caso, não é isolamento, mas a capacidade de estruturar a vida em torno de um conjunto de normas próprias e específicas. Vida em comunidade, vínculos personalizados não só entre os indivíduos em geral, mas entre agentes sociais com lugares antagônicos na hierarquia social, regras coletivas determinantes do uso dos fatores produtivos e do consumo; mais que um tipo econômico, o camponês representa, antes de tudo, um *modo de vida* [...] (ABRAMOVAY, 2007, p.111, grifo do autor).

A definição de modo de vida camponesa está longe de ser fundamentalmente econômica, mas além de se caracterizar como uma organização social particular, também “se insere na sociedade global através de laços econômicos particulares”. Devido sua produção não ser autossuficiente, “o traço básico das sociedades camponesas é a *integração parcial a mercados incompletos*”. É pela forma como socializa o produto de seu trabalho que o camponês se diferencia, nem todos agricultores conseguem se integrar ao mercado, existem aqueles que continuam com laços de dependência. Podemos concluir que para Abramovay o problema está no campesinato que não consegue se integrar de forma completa no mercado (ABRAMOVAY, 2007, p.125, grifo do autor).

Para Fernandes (2002), dentro do paradigma do capitalismo agrário defende-se que o produtor familiar que está fortemente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar.

Existiria também uma diferenciação entre os considerados modernos agricultores familiares: o agricultor familiar consolidado, o intermediário e o periférico, sendo cada qual participante do espaço político de acordo com a sua realidade. “Esse seria o universo possível. Nessa lógica não caberia os sem-terra, porque não se discute a exclusão” (FERNANDES, 2005, p.25).

É importante destacar que a argumentação da “inviabilidade da agricultura camponesa diante da hegemonia da agricultura capitalista ofusca sua existência”. A substituição do termo camponês por agricultor familiar e a crença no desenvolvimento rural por meio do mercado são tentativas de despolitizar o debate da questão agrária que atingiu destaque na década de 1990. O termo agricultura familiar no lugar de campesinato reflete a estratégias da política agrária brasileira aliada a formulações da Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia e *Farm Bill* dos Estados Unidos (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p.291).

Para Teodor Shanin (2008), o PAC é um esforço para incorporar os camponeses ao sistema capitalista de produção transformando-os em pequenos capitalistas ou removendo-os do campo. Essa possibilidade existe pelo fato de a União Europeia importar grande parte dos alimentos produzidos pelo chamado Terceiro Mundo, não sendo necessário recorrer a seus camponeses.

Por outro lado, a *metamorfose*, que transforma camponês em agricultor familiar, ou seja, o que era um modo de vida se converte em profissão, numa forma de trabalho, exclui o campesinato da denominação profissional, e como tal para fugir dessa *injuriosa* classificação lhe resta a integração ao mercado (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p.293).

Para Thomaz Júnior (2008) a plasticidade do trabalho está presente também na vida do camponês que pode deixar de o ser e transformar-se em proletário ou enfrentar diversas outras relações subordinadas ao capitalismo. Essa plasticidade é dinâmica e constantemente redefinida.

Acreditamos que o conceito de campesinato foi importante para compreendermos a realidade vivida pela população rural entrevistada em Paraguaçu Paulista, pois mesmo com a dificuldade de se produzir e manter a família com os frutos da terra e tendo que trabalhar de forma assalariada, essas famílias persistem na terra. Enquanto isso, os assalariados rurais sem terra própria, sonham em possuir uma propriedade. A propriedade da terra garante um pouco

mais de estabilidade as pessoas do campo, os assalariados sem terra tinham vínculo na propriedade de poucos meses enquanto os proprietários estavam a anos no mesmo local, alguns passaram a vida toda na propriedade.

Percebemos claramente na área de estudo a prioridade do agronegócio em produzir *commodities* em detrimento da produção de alimentos. Os pequenos produtores rurais queixam-se dos altos custos dos insumos necessários para cultivar e os preços baixos de venda dos produtos agrícolas, além da burocracia para conseguir financiamento. Enquanto isso, na área agrícola do município predomina a cana-de-açúcar para exportação e produção de biocombustíveis, contando com uma unidade produtiva da multinacional Raízen.

Como pudemos perceber no capítulo 2, a produção sucroalcooleira sempre contou com subsídios do Estado que vê nesse modelo de agronegócio o caminho para o desenvolvimento do país, enquanto isso os camponeses, os que mais produzem alimentos básicos, são vistos como obstáculo ao desenvolvimento. Existe até mesmo a vontade de acabar com o conceito de camponês, transformando-o em um ser invisível, substituindo o termo por agricultor familiar em que se entende o produtor rural integrado ao mercado, os que não conseguem se inserir simplesmente não são considerados.

O movimento camponês nega a ordem capitalista e implica em outro modo de vida e trabalho que em “sua prática, padrões, valores, ideais, ele se opõe aos princípios do mercado, ao domínio da mercadoria, lucro, mais-valia” (CARVALHO, 2005, p.166).

De acordo com Jean Hebette (2005, p.94), a palavra “camponês” não é mais utilizada por muitos cientistas da agronomia e das ciências sociais porque “cheira o atraso do homem do campo”. Esses cientistas preferem a “expressão vaga e homogeneizadora de ‘agricultor familiar’”. Essa opção metodológica facilita “a utilização da estatística graças a seu poder de homogeneização redutora de uma categoria social muito complexa e diversificada”.

Desde a década de 1920/1930 marcada por uma rápida industrialização até 1950/1960 período em que predominou as teorias da modernização, os camponeses não estavam nas preocupações dos intelectuais. Após uma sucessão de crises das sociedades em desenvolvimento e da agricultura mundial, a falência das receitas modernizadoras, o interesse do banco mundial que se volta aos camponeses e a derrota dos Estados Unidos por camponeses vietnamitas, dentre outros acontecimentos, os camponeses repentinamente voltam a ser foco de atenções. “Seguiu-se uma explosão virtual de estudos, publicações e debates”. O tema rapidamente tornou-se “moda”. Em seguida, como resultado observou-se o “desencantamento”, o desgaste de um termo utilizado em excesso e a tentativa de deslegitimá-lo (SHANIN, 2005, p.17).

A desconceituação deve existir quando o conceito não traz qualquer esclarecimento

por representar a realidade de forma equivocada, ou se tornar algo de importância irrelevante ou se apresentar uma estrutura lógica defeituosa ou, ainda, se for incoerente. Para Shanin (2005), o conceito de campesinato não se encaixa em nenhuma dessas circunstâncias. O conceito de campesinato com certeza é insuficiente, assim como qualquer outro conceito.

Um camponês não é uma palavra vazia a refletir os preconceitos do *populus*, as frivolidades lingüísticas dos intelectuais ou, ainda, conspirações de adeptos de uma ideologia, embora às vezes isso possa ser verdadeiro. Se revogado, este conceito (ainda?) não pode ser facilmente substituído por algo de natureza semelhante. Ele tem, assim como os conceitos de “capitalismo”, “proletariado” e, é claro, “modo de produção”, potenciais de reificação, isto é, pode ser enganoso, assim como pode ser usado para enganar, especialmente quando utilizado de maneira ingênua. Tem-se dito corretamente que “o preço da utilização de modelos é a eterna vigilância”. É verdade também que sem tais construções teóricas não seria absolutamente possível qualquer progresso nas ciências sociais (SHANIN, 2005, p.18).

Um conceito deve servir para auxiliar na compreensão da realidade, o de campesinato, algumas vezes, acabou sendo utilizado de forma equivocada (mistificadora, excessivamente generalizada e ideológica), no entanto, essas são exceções, pois esse conceito já cumpriu diversas vezes sua correta função. “Esta capacidade ainda não se esgotou” (SHANIN, 2005, p.19).

Acreditamos que as pessoas entrevistadas em Paraguaçu Paulista podem ser consideradas camponesas em razão do forte sentimento de pertencimento a terra que foi demonstrado tanto por aqueles que possuem a propriedade da terra como também pelos trabalhadores assalariados sem terra, mas que sempre trabalharam na área rural e não pensam, de forma alguma, em se mudar para a cidade.

Além disso, a flexibilidade de encontrar meios de sustentar a família foi outra característica camponesa encontrada, seja no trabalho assalariado, na pequena produção de alimentos e criação de animais, em trabalhos informais ou até mesmo aposentadorias. Essas alternativas têm permitido a essas famílias continuar vivendo em suas propriedades mesmo que as condições para sustentar a família com os produtos da terra não sejam favoráveis.

Lamarche (1998, p.170), realizou estudos comparativos sobre agricultura familiar na França, Canadá, Polônia, Tunísia e Brasil, com a contribuição de outros pesquisadores. Os estudos concluíram que a pluriatividade (atividades complementares fora da propriedade) representa mais do que uma fonte de renda, embora as modalidades e razões sejam muito

diversas, em todos os lugares, a pluriatividade tem como pano de fundo a resistência ao êxodo rural. Percebe-se o chamado “apego à terra, apego a um modo de vida”, manifesto naqueles que mesmo tendo emprego não agrícola permanecem ligados à unidade de produção.

Outra característica camponesa encontrada nas famílias entrevistadas, de acordo com Shanin (2005, p.05), foi “a propriedade rural familiar como a unidade básica da organização econômica e social”. As famílias camponesas entrevistadas não buscavam lucros, mas sim o sustento da família, como explicou o Sr. Luiz Pereira, o preço dos produtos agrícolas comercializados deveria pagar o custo de produção e sustentar a família até a próxima colheita e venda novamente de produtos. Não percebemos uma concepção que busca auferir lucros ou novos investimentos.

Também foi constatada “a situação oprimida, isto é, a dominação e exploração dos camponeses por forças poderosas externas” (SHANIN 2005, p.05), no caso de Paraguaçu Paulista, essas forças externas podem ser referentes ao mercado que determina o preço dos alimentos de uma forma que os camponeses ficam totalmente subjugados. Se a agricultura não tem sido a principal fonte de sobrevivência dessas famílias, que seria também uma característica camponesa, é porque existem forças maiores que têm determinado essa situação. E, ainda, a presença de uma empresa de porte global que determina o que será produzido no município também pode ser considerada uma poderosa força externa que explora e domina esses trabalhadores rurais.

Além disso, podemos constatar a chegada de novos camponeses no campo como o jovem casal que foi buscar uma nova vida na área rural tentando fugir dos altos custos de viver na área urbana. Em 2010, em Paraguaçu Paulista, pela primeira vez depois de décadas de declínio da população rural, foi contabilizado um aumento de 971 pessoas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2010). Esse fato revela que, apesar de todas as dificuldades, os camponeses não estão desistindo de seu modo de vida e que essa população está aumentando. Isso coloca em cheque paradigmas como o do “fim do campesinato” que, segundo Fernandes (2005), baseia-se na ideia de que o camponês se transformará em capitalista ou assalariado, ou ainda, na ideia de que o campesinato é inviável considerando-se a supremacia do capitalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho não teve, de forma alguma, a pretensão de esgotar o assunto, mas de buscar compreender um pouco da complexidade da questão agrária com auxílio das teorias da geografia e, principalmente, da geografia agrária aplicadas ao município de Paraguaçu Paulista que se destaca como grande produtor de cana-de-açúcar possuindo em sua área uma unidade da empresa multinacional Raízen e famílias que vivem na área rural convivendo com a expansão dos canaviais.

O agronegócio foi impulsionado pela maior abertura do mercado brasileiro a grandes investimentos de empresas multinacionais do sistema agroalimentar. Essas empresas têm o objetivo de aproveitar das vantagens encontradas em países como o Brasil que possuem grandes extensões de terra, força de trabalho barata, legislação trabalhista fraca e garantia de incentivos por parte do governo. Por meio das grandes empresas a produção agrícola brasileira passou por profundas mudanças com aumento da escala de produção, mecanização crescente, aumento do desemprego e deterioração das condições de trabalho no campo. Apesar, dessas contradições esse tem sido o modelo adotado de desenvolvimento rural que se apresenta de forma hegemônica. No entanto, os camponeses não aceitaram facilmente tais imposições do capitalismo, surgindo diversas lutas pela terra em toda América Latina e no Brasil.

Além da luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a luta se fez no cotidiano desses trabalhadores, que encontraram inúmeras maneiras de continuar camponeses apesar de todas as dificuldades. Em Paraguaçu Paulista, podemos constatar a heterogeneidade dos camponeses: proprietários de terra e assalariados, assalariados sem terra, assalariados rurais sem terra que também exercem trabalhos urbanos e aposentados. Mas, todos têm em comum o desejo de trabalhar na terra e tirar dela o sustento da família.

Constatamos diversas características camponesas nos entrevistados, tais como, o forte sentimento de pertencimento a terra, a flexibilidade para encontrar meios de sustentar a família, a propriedade familiar como unidade básica de organização econômica e social, a situação oprimida ou de dominação e exploração dos camponeses por forças externas.

Destacamos o aumento da população rural, de forma contraditória, ao mesmo tempo em que ocorreu a expansão canavieira no município. Acreditamos que, apesar de todas as dificuldades, os camponeses estão resistindo e, inclusive, que essa população está aumentando em Paraguaçu Paulista.

A questão da soberania alimentar foi abordada fazendo um contraponto com a questão dos biocombustíveis, acreditamos que os países centrais avançarão cada vez mais nos territórios dos países em condição de marginalidade por meio de suas empresas multinacionais com o intuito de produzir biocombustíveis e commodities, inclusive no Brasil.

Quando comparamos a produção de alimentos das grandes propriedades de terra com a produção das médias e pequenas propriedades, essas se mostram superiores na produção dos alimentos básicos consumidos pela sociedade brasileira, pois o agronegócio não está preocupado em produzir alimentos, mas sim em exportar commodities.

No trabalho de campo, constatamos que a produção de alimentos não é uma prioridade da política agrícola brasileira, uma vez que os pequenos produtores encontram grande dificuldades em trabalhar no cultivo da terra. O Estado precisa se voltar aos pequenos produtores para garantir a produção de alimentos e tentar ser o mínimo possível dependente nesse quesito.

Em Paraguaçu Paulista, a principal queixa dos trabalhadores rurais foi o alto custo para produzir em suas propriedades e o baixo retorno do investimento em razão das oscilações de preço de venda dos produtos agrícolas que deixam os produtores rurais sem nenhuma margem de segurança para garantir o sustento das famílias. Desse modo, encontram diversas outras alternativas para a manutenção familiar em razão de não conseguir por meio da produção agrícola.

Constatamos que o conceito de campesinato não pode ser desprezado uma vez que tem contribuído para o entendimento das questões agrárias. A flexibilidade dos camponeses em encontrar alternativas de sobrevivência e a forte ligação com a terra foram as principais características evidenciadas nos pequenos produtores de Paraguaçu Paulista.

Por fim, desejamos que a outra globalização proposta por Milton Santos (2001) se torne realidade e que traga consigo um outro modelo de política agrícola em que os camponeses sejam os protagonistas em um mundo com mais justiça social e que a agricultura tenha como objetivo alimentar as pessoas que hoje passam fome.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ALMEIDA, A. W.B. Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazônia. In. CARVALHO, H. M. de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

ALMEIDA, J.P. de. **A extinção do arco-íris: a agroindústria e o eco-histórico**. Dissertação – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2010.

AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

BERNSTEIN, H. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 01 set 2015.

BRITO, F.A.; PINHO, B.A.T.D. **A nova dinâmica do processo de urbanização no Brasil 1940-2010**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012.

CAMPOS, M.P. Movimentos sociais e conjuntura política: uma reflexão a partir das relações entre o MST e o governo Dilma. **Caderno de Estudos Sociais e Políticos**. V.4, n.7, jan-junho, 2015.

CARIGNATTO, D. **Milagre econômico, agricultura e meio ambiente: uma história ambiental da microrregião de Assis (1968-1974)**. Dissertação – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2010.

CARVALHO, H. M. de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

_____. **A contra reforma agrária e o aumento das desigualdades sociais no campo.** Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Ano 53, volume 01, nº 02, Outubro de 2014.

COSTA, E. **A globalização e o capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

COSAN. **Destaque em energia.** Disponível em: < <http://cosan.com.br/pt-br/negocios/energia/raizen>>. Acesso em 20 jan. 2015.

DELGADO, G. Questão Agrária hoje. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA.** Ano 53, volume 01, nº 02, Outubro de 2014.

DELGADO, N.G. Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural. **Novos Cadernos NAEA.** v. 15, n. 1, p. 85-129, jun. 2012

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP). **Outlook Fiesp 2023 – Projeções para o agronegócio brasileiro.** São Paulo: FIESP, 2013.

FERNANDES, B. M. (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina:** a questão agrária atual. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

_____. Entrando nos territórios do Território. In. PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e Territórios em disputa.** 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em geografia, 2008b.

_____. Delimitação conceitual de Campesinato. In. CARVALHO, H. M. de. **O Campesinato no século XXI:** possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

_____. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In. Emir Sader (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil:** Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

_____. La cuestión agraria brasileña a comienzos del siglo XXI. **Revista Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.** Universidad de Barcelona. Vol. VI, núm. 121, 30 de agosto de 2002.

HEBETTE, J. O Campesinato paraense. In. CARVALHO, H. M. de. **O Campesinato no século XXI:** possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção municipal agrícola. Culturas temporárias e permanentes**. Vol. 40. Brasil, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico**, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Sistema de certificação de imóveis rurais**. Disponível em: <<http://certificacao.incra.gov.br/Certifica/>>. Acesso em 01 set. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. **Revolução Verde com práticas ecológicas**. Ano 10. Edição 80. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3052&catid=28&Itemid=39>. Acesso em 01 set. 2015.

FORTUNE. **Global 500**. Disponível em: <<http://fortune.com/global500/>>. Acesso em 01 jan. 2015.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

MACHADO, J. **Dimensões do processo histórico de desenvolvimento econômico do primeiro cinquentenário do município de Assis (1905 – 1955)**. São Paulo, 2005.

MACKINLAY, H. Pequeños Productores y Agronegocios en México: una retrospectiva histórica. Tendencias de Expansión y operación de los agronegocios a principios del siglo 21. In. FERNANDES, B. M. (Org.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

MARQUES, M. I. M. Agricultura e Campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In. PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e Territórios em disputa**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em geografia, 2008.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Brasília, 2010.

NOVA AMÉRICA. **Nova história**. Disponível em: <<http://www.novamerica.com.br/historia>>. Acesso em: 01 set. 2015.

NOVA CANA. **A produção de cana-de-açúcar no Brasil (e no mundo)**. Disponível em: <<http://www.novacana.com/cana/producao-cana-de-acucar-brasil-e-mundo/>> Acesso em 21 nov. 2014.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. 1ed. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In. STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária do Brasil: o debate na década de 2000**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A luta pela apropriação e reapropriação social da água na América Latina. In. CARVALHO, H. M. de. **O Campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAÍZEN. **Sobre a Raízen**: perfil da empresa. Disponível em: <<http://www.raizen.com/sobre-raizen/perfil-da-empresa>>. Acesso em 01 set. 2015.

SALLUM JR., B. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social**. Revista Sociologia USP. São Paulo, fev. 2000.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. São Paulo: Editora Record, 2001.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (SEAB). **Cana de açúcar e Sucroalcooleiro – Prognóstico (março de 2013)**. Disponível em: <

http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/cana_2012_13.pdf>.
Acesso em 01 set. 2015.

SHANIN, T. Lições camponesas. In. PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós Graduação em geografia, 2008.

_____. A definição de Camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, ano 08, nº 07, Julho/Dezembro de 2005.

STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária do Brasil: o debate na década de 2000**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Pesquisa de campo em Geografia**. V Encontro Estadual de Geografia de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2001.

TERÁN, J. F. La Economía de los biocombustibles: una mirada a los proyectos hegemónicos para América Latina. In. FERNANDES, B. M. (Org.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

TEUBAL, M. O Campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In. PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós Graduação em geografia, 2008.

THOMAZ, F. Algumas considerações sobre a pesquisa de campo em Geografia agrária. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Edição Especial, pp. 211 - 220, 2009.

THOMAZ JÚNIOR, A. A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria – Qual o lugar do Campesinato e do proletariado? In. FERNANDES, B. M. (Org.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

_____. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: A relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista**. FAPESP, 2002.

TRIERVEILER, M. A. et al. Energia a serviço da exploração capitalista. In. CARVALHO, H. M. de. **O Campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

VERGOPOULOS, K. Capitalismo Disforme: o caso da agricultura no capitalismo. In. AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VILADESAU, T. P. El agronegocio de la soja en Paraguay – antecedentes e impactos sociales y económicos. In. FERNANDES, B. M. (Org.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

ZAHR, P. A. O lavrador nacional. In. CARVALHO, H. M. de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

ANEXO

Entrevistas – Paraguaçu Paulista/SP

Nome:

Idade:

Tamanho da Propriedade:

Condição do Produtor: Proprietário (), Assentado (), Arrendatário (), Parceiro (),
Ocupante (), Assalariado (). Outro: _____

Utilização da terra: Lavoura Permanente () Lavoura Temporária () Pastagem () Criação
de Animais. Outros: _____

Há quanto tempo vive na propriedade:

Quantas pessoas moram na propriedade:

O trabalho é realizado pela família? Tem funcionário?

Tem acesso a financiamento? Possui dívidas?

Quantas horas trabalha por dia e quantos dias por semana?

Alguém da família trabalha fora da propriedade?

Produz para manutenção da família, comércio ou ambos? Se comercializa está satisfeito com
os preços do mercado?

A presença da Raízen afeta de alguma forma a vida dos moradores da área rural?

Atualmente, quais as principais dificuldades na vida rural?

O que acha que deveria mudar para melhorar a condição de vida dos pequenos produtores
rurais?